

ATA N.º 0004/XI/2016

Sessão Ordinária de 30/09/2016

Aos trinta dias do mês de setembro do ano dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, no Beira Mar Futebol Clube Gaiense, na União das Freguesias de Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos, realizou-se uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1º - **Estatuto do Direito de Oposição – Relatório de Avaliação / 2015;**
- 2º - **Designação do Júri do procedimento concursal para recrutamento do Dirigente para o Gabinete de Informação e Atendimento ao Muncipe, cargo de direção intermédia de 3º grau;**
- 3º - **Cedência em direito de superfície – Lote de terreno – Moita
. Raríssimas – Associação Nacional de Deficiências Mentais e Raras, IPSS;**
- 4º - **Atos da Câmara.**

Em virtude do Presidente da Assembleia Municipal, João Manuel de Jesus Lobo, ter pedido a sua substituição nesta sessão foi solicitado pela Mesa que o membro da Assembleia João Daniel Baião de Brito Apolónia fizesse parte da composição da mesma. Sem objeções por parte deste órgão o membro da Assembleia acima mencionado ocupou o lugar como 2º secretário.

Substituições verificadas e presentes ao plenário da Assembleia Municipal:

- João Manuel de Jesus Lobo foi substituído nesta sessão por Francisco da Conceição Feio;
- Eduardo Jorge Meruje Teixeira foi substituído nesta sessão por Luís Alcino Rodrigues Barata;
- Cátia Cristina Pereira Tavares foi substituída nesta sessão por Fernando Alves Fernandes Gaio;
- Presidente da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, Manuel Joaquim Rafael de Almeida Graúdo, foi substituído pela representante legal Eli Andrea Matias Dias Barros Rodrigues.

Verificação de ausências:

- Após as substituições efetuadas não se verificaram ausências.

Registaram-se as presenças dos seguintes Membros do Executivo da Câmara Municipal:

Sr. Presidente da Câmara Municipal Rui Manuel Marques Garcia e os Srs. Vereadores Manuel Galvoeira Borges, Daniel Vaz Figueiredo, Vivina Maria Semedo Nunes, Vítor Simão Duarte, João Miguel da Silva Romba e Edgar Manuel de Almeida Cantante.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. Mário Bruno

Começou por dizer que vive nesta localidade há cerca de 36/37 anos e não sabe se têm conhecimento do que atualmente se passa na zona mais ribeirinha do Gaio por causa do mau cheiro. Foi confrontado com o aumento do seu IMI porque, segundo lhe disseram, vivia numa zona privilegiada porque tem vista sobre o rio mas acontece que, de há uns para cá, desde que foi feita a ETAR, os cheiros das águas pluviais parece que estão ligados aos esgotos domésticos e daí querer perguntar se as entidades responsáveis têm conhecimento do que se passa e se alguma vez passaram na Rua Luis de Camões ou na Rua Eça de Queiroz e se aperceberam dos maus cheiros que por ali existem.

Sr. Manuel Luciano

Disse que mora ao pé do estaleiro e que queria saber de quem são os terrenos que vêm do moinho até cá abaixo porque aquilo está cheio de feno, cheio de bicharada, e daí querer saber quem são os donos para resolver a situação, porque acha que aquilo não tem cabimento e porque queria que fizessem alguma coisa.

Srª Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

Perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia responder aos munícipes agora ou no momento da discussão dos Atos da Câmara.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Disse que estes assuntos podem ser apresentados e tratados com mais detalhe nas reuniões públicas da Câmara, todavia iria dar uma resposta breve.

Sobre a questão dos maus cheiros que se verificam nalguns sumidouros no Gaio disse ser um problema conhecido e que a Câmara Municipal ainda não conseguiu detetar a sua origem. Têm tentado algumas intervenções, têm feito o tamponamento de alguns ladrões que foram descobertos mas, seguramente, existem outros que não conseguiram ainda identificar onde estão e a origem destes maus cheiros, na opinião da Câmara, decorre exatamente de haver algures, ao longo do seu percurso, ligações irregulares entre a conduta de esgoto doméstico e a conduta de águas pluviais, pelo que continuam há procura da solução e, seguramente, não de encontrá-la, mas lamenta que ainda não o tenham conseguido fazer.

Relativamente à questão dos terrenos em toda essa zona informou que existem diversos proprietários, alguns dos quais conhece, ainda que não a todos, que a própria Câmara Municipal é detentora de uma faixa de terreno, na ponta mais à direita da urbanização, e que a própria cooperativa da habitação, apesar de estar, tanto quanto sabem, numa situação de dissolução, mantém a relação com a propriedade.

Srª Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

Porque entretanto chegaram mais algumas pessoas que manifestaram a intenção de intervenção deu novamente essa possibilidade, sendo que depois encerrarão o período do público.

Sra. Paula Gonçalves

Disse que é proprietária do rés-do-chão encostado à coletividade e que já colocou a questão dos ecopontos por várias vezes, já falou com o Presidente na altura das eleições quando aqui estiveram, sendo que até tiraram fotografias mas nada fizeram, e já lá vai bastante tempo. Isto é uma lixeira mesmo ao pé da sua janela, não suporta o cheiro porque nem sempre vêm despejar e porque as pessoas também não são asseadas, e, no verão, esta já é uma zona de mosquitos mas agora é constantemente e as pessoas durante a noite, de propósito, vão despejar nos vidrões e não tem condições para descansar porque está mesmo encostado à janela do seu quarto.

Srª Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

Deu novamente a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para poder responder à munícipe.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Confirmou que de facto falaram por essa altura, mas a questão é que a colocação, a recolha atempada e a limpeza dos ecopontos é uma responsabilidade da AMARSUL que é uma empresa que anteriormente era pública mas agora é privada, na qual a Câmara Municipal tem uma influência mínima, uma vez que tem 3% do capital, logo não determina a sua atividade.

A questão foi colocada e foi proposto que encontrassem outro local mas, como é manifesto, não o foi e, neste momento, não sabe acrescentar mais nada mas comprometeu-se em ver qual foi a resposta da AMARSUL e em voltar a insistir para que o problema seja resolvido.

Srª Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

Em seguida perguntou às forças políticas representadas se pretendiam fazer alguma intervenção sobre as questões colocadas pelo público.

Por não ter sido manifestada essa intenção por nenhuma das forças políticas deu por findo o período do público.

PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA

Srª Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

Informou que deram entrada na Mesa da Assembleia:

- 1º Saudação "Ao 10º Congresso da União dos Sindicatos de Setúbal", apresentada pela CDU;
- 2º Saudação "À Implantação da República", apresentada pelo PS;
- 3º Saudação "Ao Beira Mar Futebol Clube Gaiense", apresentada pelo PS;
- 4º Moção "Centro de Saúde da Baixa da Banheira é Prioridade!", apresentada pelo PS;
- 5º Moção "Por melhores serviços de Saúde na Freguesia da Baixa da Banheira", apresentada pela CDU.

Em seguida foi apresentada, pela **CDU**, a seguinte **Saudação**:

Srª Tânia Ribeiro da CDU

"Ao 10º Congresso da União dos Sindicatos de Setúbal

A Assembleia Municipal expressa a sua fraterna saudação ao 10.º Congresso da União dos Sindicatos de Setúbal/CGTP-IN, cujo lema,

"Valorizar o trabalho, repor, defender e conquistar direitos"

+ Organização + União

Realizado hoje no nosso concelho na convicção de que a vossa discussão e conclusões serão a expressão da força, combatividade e capacidade de transformação dos trabalhadores do distrito de Setúbal.

Conhecemos bem a justeza e importância deste lema e o que ele representa na defesa dos interesses dos trabalhadores e da população do distrito.

O derrube do Governo PSD/CDS foi fruto de um longo processo de luta contra a política de direita em que a União de sindicatos e o movimento sindical unitário desempenharam papel decisivo e em que ficou clara a sua força, determinação e capacidade de organização. Porque a luta continua a ser determinante, estamos certos de que prosseguirá, nas empresas e locais de trabalho, na defesa dos salários, dos direitos e da contratação coletiva, dos serviços públicos e pelo controlo público dos sectores estratégicos da economia.

As forças não vos faltarão."

Srª Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Perante a ausência de pedidos de intervenção submeteu a saudação a votação.

Submetida a **saudação** a votação foi a mesma **aprovada por unanimidade** com vinte e nove votos a favor, sendo dezanove da CDU, oito do PS, dois do BE.

Em seguida foi apresentada, pelo **PS**, a seguinte **Saudação**:

Sr. Luis Chula do PS

“À Implantação da República

Comemora-se no próximo dia 5 de Outubro o centésimo sexto aniversário da implantação da República em Portugal, de novo feriado nacional de forma a permitir que os portugueses se reencontrem com a sua história e reforcem a sua identidade.

Como é do conhecimento e nunca é demais recordar, na Moita tal ato revolucionário ocorreu pelas quatro e trinta da madrugada de 4 de Outubro de 1910, momento em que um grupo de republicanos da nossa terra desfraldaram a bandeira republicana no edifício do Município, “no meio do maior regozijo do povo...” conforme consta da Ata da Reunião de Câmara do dia 5 de Outubro de 1910.

Tal acontecimento tão marcante na nossa história local e nacional não pode cair no esquecimento, pelo que a Assembleia Municipal da Moita, reunida em 30 de Setembro de 2016 no Gaio, saúda a implantação da República e os honrosos Moitenses que na madrugada de 4 de Outubro de 1910 a proclamaram.”

Srª Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Perante a ausência de pedidos de intervenção submeteu a saudação a votação.

Submetida a **saudação** a votação foi a mesma **aprovada por unanimidade** com vinte e nove votos a favor, sendo dezanove da CDU, oito do PS, dois do BE.

Em seguida foi apresentada, pelo **PS**, a seguinte **Saudação**:

Sr. Luis Chula do PS

“Ao Beira Mar Futebol Clube Gaiense

A Assembleia Municipal da Moita reunida em sessão ordinária no dia 30 de Setembro de 2016 na sede social do Beira Mar Futebol Clube Gaiense, saúda este prestigiado Clube no momento em que se encerram as comemorações do seu 69.º aniversário.

O Beira Mar Futebol Clube Gaiense tem, de há uns anos a esta parte, vindo a rejuvenescer-se integrando novas modalidades culturais e desportivas, assentes num modelo de gestão adaptada aos tempos de hoje, criando uma nova identidade no panorama associativo do concelho, sabendo interpretar os desejos e as necessidades de novos e antigos habitantes desta aldeia.

Os resultados de âmbito regional, nacional e internacional, obtidos pelas suas equipas de rugby, associado às preocupações de integração social e às recentemente criadas Escola de Vela e Secção Náutica, revelam uma visão moderna, audaciosa e atenta ao pulsar dos tempos que correm.

A Assembleia Municipal da Moita aqui reunida saúda, igualmente, toda a população do Gaio e agradece o fraterno acolhimento naquela que é a sua segunda reunião descentralizada, com o que procura facilitar a

aproximação dos munícipes com os eleitos e autarquias locais, promovendo uma maior presença e participação popular nas sessões públicas dos diversos órgãos autárquicos, no sentido do reforço do Poder Local Democrático e da promoção da cidadania.”

Srª Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Perante a ausência de pedidos de intervenção submeteu a saudação a votação.

Submetida a **saudação** a votação foi a mesma **aprovada por maioria** com vinte e nove votos a favor, sendo dezanove da CDU, oito do PS, dois do BE; uma abstenção do PSD.

Em seguida foi apresentada, pelo **PS**, a seguinte **Moção**:

Sr. Miguel Jorge do PS

“Centro de Saúde da Baixa da Banheira é Prioridade!

Já há muito que os autarcas desta Assembleia Municipal, Câmara Municipal da Moita, os membros da respetiva Freguesia e Assembleia de Freguesia, Comissão de Utentes de Saúde e a população, têm vindo a manifestar a necessidade de construção de uma infraestrutura de raiz que substitua as atuais instalações sem condições de trabalho e de atendimento digno para os que trabalham e necessitam recorrer ao Centro de Saúde da Baixa da Banheira.

Apoiamos e subscrevemos os esforços que têm sido desenvolvidos por todos que se têm empenhado na resolução do problema.

A necessidade da construção de um novo Centro de saúde decorre das condições e natureza do atual edifício com as naturais dificuldades que promove na acessibilidade dos utentes, na sua segurança, bem como na dos profissionais que ali desenvolvem atividade.

Conscientes da escassez dos recursos, o que obriga, em nome da justiça e da equidade, a escolhas exigentes sobre o que prioritariamente avança, afirmamos que a urgência da construção do Centro de Saúde da Baixa da Banheira deve ocupar o topo das prioridades.

Os eleitos da Assembleia Municipal da Moita, reunidos em 30 de Setembro de 2016,

. Reafirmam a necessidade da construção urgente do CENTRO DE SAÚDE DA BAXA DA BANHEIRA.”

Srª Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Informou que tinha uma inscrição e que, no decurso da primeira intervenção, outros membros podiam inscrever-se.

Colocada a moção à discussão intervieram os seguintes membros:

Sr. Presidente da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco

Disse que iria fazer uma consideração e uma pergunta, sendo que a consideração é que ficou muito satisfeito por o assunto ter vindo aqui à Assembleia Municipal mas estranhou o comportamento da bancada do PS ao trazê-lo porque ainda há dois dias os eleitos do PS, na Assembleia de Freguesia da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, consideraram que uma moção deste tipo, então apresentada pela CDU, não era pertinente uma vez que o assunto estava a ser tratado pelo Ministério da Saúde, portanto, em dois dias evoluíram para uma situação melhor e pensa que a CDU terá contribuído, noutra assembleia, para mudar a opinião do PS.

Quanto à pergunta disse ser muito simples porque quando referem no documento *“Apoiamos e subscrevemos os esforços que têm sido desenvolvidos por todos que se têm empenhado na resolução do problema”* quer saber quais os esforços e quem é que os fez, porque todos sabem que há mais de trinta anos que se luta pelo centro de saúde pelo que gostaria de saber, para ver se estão todos em sintonia, a quem é que se referem e quais os passos é que deram para que isto se concretizasse.

Srª Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

Informou que iria dar a palavra à Srª Filomena Ventura, que se inscreveu mais um membro, Sr. João Faim, e que estão esgotados os pedidos de intervenção.

Srª Filomena Ventura do PS

Começou por reforçar a saudação ao Beira Mar que mantém vivo o seu associativismo e agradeceu a forma como são sempre recebidos, quer enquanto autarcas quer enquanto munícipes, nesta bela terra que é o Gaio e que certamente tanto ainda tem para dar.

Relativamente ao Centro de Saúde da Baixa da Banheira disse que, obviamente, todos pugnam pela dignidade das condições de trabalho nos locais de trabalho de cada um, e a prova é que a saudação ao congresso da União de Sindicatos de Setúbal foi hoje votada por unanimidade, que quem precisa de usar o Serviço Nacional de Saúde (SNS) merece e deve tê-lo obrigatoriamente porque, sendo o SNS um serviço público, tem direito a condições quando necessita de o usar, e que, desde há muito, pugna por condições dignas que passam também pelas acessibilidades, coisa que não existe ou que é muito fraca no Centro de Saúde da Baixa da Banheira.

Por outro lado, respondendo ao Sr. Presidente da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, disse que enquanto Partido Socialista do concelho da Moita divulgaram a carta que escreveram à Direção Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, dizendo precisamente o que está aqui nesta moção, que é a necessidade de se enquadrar a construção do Centro de Saúde da Baixa da Banheira, e espera sinceramente que o Sr. Presidente da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira tenha ficado amplamente satisfeito porque não é a primeira nem será, certamente, a última vez que, na defesa das populações, se encontram, assim o espera, de braço dado, se possível.

Sr. João Faim da CDU

Começou por pedir permissão para transmitir uma especial saudação à direção do Beira Mar Futebol Clube Gaiense, casa que os recebeu, que os acolheu e que tanto tem feito por esta terra e por esta população, bem como fazer uma saudação ao Clube de Rugby da Moita que encontrou, neste clube e nesta comunidade, um grande acolhimento e que também tanto tem honrado as nossas terras,

Sobre a moção disse que acha que a bancada da CDU está, obviamente, de acordo porque tem lutado, tem pugnado e tem apresentado diversas moções, e em vários governos, através do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República (AR), para que fosse construído o Centro de Saúde da Baixa da Banheira e, imagine-se, nessas votações na AR o PS, por dezoito vezes seguidas, votou contra a sua construção, portanto, para a CDU, é uma grande alegria, é mesmo uma grande alegria, que esta moção seja aqui presente. De facto, é uma inversão de posições, até relativamente a uma posição que o PS local recentemente teve na Assembleia de Freguesia da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, onde perante uma moção em tudo semelhante apresentada pela CDU se absteve.

Pedi então que lhe permitissem, tendo afirmado que é com sinceridade que se regozija com esta moção, algum esclarecimento, nomeadamente quanto ao apoio. Pediu desculpa mas gostam de saber as coisas pelos nomes, para não dizer outra coisa, e uma vez que o Sr. Presidente da União das Freguesias já fez a pergunta, propôs, perante a resposta, ao proponente ou o primeiro subscritor da moção, uma ligeira alteração clarificadora desta moção que é onde é dito, no segundo parágrafo, que *“Apoiamos e subscrevemos os esforços que têm sido desenvolvidos por todos que se têm empenhado na resolução do problema”*, apesar do parágrafo anterior dar alguma introdução, porque carece aqui de uma clarificação, nomeadamente, das autarquias do concelho da Moita e, concretamente, a União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, a Câmara Municipal, a Comissão de Utentes, que não é aqui referida, e também a população, claro.

Foi esta a sugestão que deixou e disse que, naturalmente, não é por não quererem, eventualmente, acolher esta sugestão que a bancada da CDU vai votar contra ou que se vai abster porque, reiterou, é com grande regozijo que aceitam esta moção.

Srª Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

Perante a proposta de alteração do segundo parágrafo confirmou, junto da bancada da CDU, que o sugerido era acrescentar ao segundo parágrafo "(...) nomeadamente, as autarquias do concelho da Moita, a Comissão de Utentes de Saúde e a população em geral."

Mais disse: "Tenho um pedido de uso da palavra, Dª Filomena Ventura. Agradecia que, sobre esta moção, enquanto o membro Filomena Ventura fosse falar, outras pessoas se inscrevessem. Prescinde. Mais alguém quer usar da palavra, designadamente, sobre a proposta de alteração à moção? Primeiro proponente Sr. João Faim"

Sr. João Faim da CDU

"Peço só desculpa, só um pedido de esclarecimento à Mesa que é que penso que as inscrições estariam fechadas. Foi feita uma proposta ao proponente, ao primeiro proponente da moção, que aliás foi aqui lida pelo membro da Assembleia Sr. Miguel e é ele que tem de se pronunciar."

Srª Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

"Eu peço-lhe desculpa mas foi isso exatamente que eu referi e por isso estava a dar a palavra ao primeiro proponente."

Sr. Luis Chula do PS

Disse que aquilo que o Sr. João Faim sugere lhe dá a entender que é um bocadinho de falta de atenção na leitura do documento, porque diz o primeiro parágrafo "*Já há muito que os autarcas desta Assembleia Municipal, os membros da respetiva Freguesia e Assembleia de Freguesia e a população, têm vindo a manifestar a necessidade de construção de uma infraestrutura (...)*".

Mais disse que a Comissão de utentes não é referida mas que está aqui referida a população, se lhe disser que falta aqui a Câmara Municipal da Moita até é capaz de aceitar, agora que não constam os que enumerou, sinceramente, não está a ver.

Pedi então que lhe avivassem a memória sobre a outra sugestão.

Srª Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

Para clarificar, esclareceu que a proposta de alteração apresentada pelo João Faim, em nome da CDU, perguntada e confirmada pela Mesa, foi a de acrescentar ao segundo parágrafo "(...) nomeadamente, as autarquias do concelho da Moita, a Comissão de Utentes de Saúde e a população em geral." Foi esta a proposta de alteração e daí a Mesa ter remetido ao PS, como primeiro proponente, se a aceita ou não.

Sr. Luis Chula do PS

Disse que está a justificar porque é que não faz sentido esse pedido de alteração. Enfim, fará sentido, e já o reconheceu, acrescentar a Câmara Municipal da Moita, e aceita também a Comissão de Utentes, mas isso já consta do primeiro parágrafo pelo que não faz sentido acrescentar, no segundo parágrafo, o que está no primeiro.

Srª Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

Confirmou então junto da bancada do PS que aceitam acrescentar, ao primeiro parágrafo, o que se transcreve infra em Negrito: "*Já há muito que os autarcas desta Assembleia Municipal, **Câmara Municipal, os membros da respetiva Freguesia e Assembleia de Freguesia, Comissão de Utentes de Saúde e a população, (...)***", ao invés de acrescentar no segundo parágrafo estas entidades.

Mais confirmou, junto da bancada da CDU, que não havia qualquer objeção por a aceitação da sugestão ser incluída no primeiro parágrafo.

Depois de esclarecida a alteração ao texto inicial submeteu a moção a votação.

Submetida a **moção** a votação foi a mesma **aprovada por unanimidade** com trinta votos a favor, sendo dezanove da CDU, oito do PS, dois do BE, um do PSD (em cujo texto inicialmente transcrito já constam as alterações aceites).

Declaração de Voto do PSD apresentada pelo Sr. Carlos Gonçalves

“É óbvio que tínhamos que votar favoravelmente porque a saúde no nosso concelho é algo que estimamos muito e, prova disso, foi o governo anterior que libertou verbas muito bem empregues no Centro de Saúde de Alhos Vedros que, se o visitarem, vão ver que não tem nada a ver com o antigo Centro de Saúde de Alhos Vedros e fazemos votos para que o governo atual dê bons passos no sentido de resolver o problema do Centro de Saúde da Baixa da Banheira, da mesma forma que fizemos anteriormente.”

Em seguida foi apresentada, pela **CDU**, a seguinte **Moção**:

Srª Ana Candeias da CDU

“Por melhores serviços de Saúde na Freguesia da Baixa da Banheira

O centro de saúde da Baixa da Banheira funciona num prédio de habitação há cerca de 40 anos. Prédio que não reúne as condições mínimas de segurança e conforto para utentes e profissionais de saúde.

O ministro da saúde afirmou que é intenção do governo resolver situações deste tipo em curto espaço de tempo.

O que se verifica é que para além das condições físicas, também não estão reunidas as condições em matéria de recursos humanos. Os números oficiais dizem que 8000 pessoas não têm médico de família, na realidade este número ronda as 12000 pessoas, o que quer dizer que metade dos Banheirenses não têm médico de família atribuído. A situação piora de dia para dia porque, com as baixas e reformas, assistimos ao êxodo dos médicos sem que ocorra a sua substituição.

Apesar de ter sido prometido pela ARS LVT resolver o problema da falta de médicos em julho e com recurso a concurso registamos que não só não há mais médicos como ainda temos menos médicos ao serviço.

A situação é insustentável e dramática. Verificamos que novos centros de saúde têm sido feitos e que à nossa volta muitos centros de saúde funcionam bem. Não podemos permitir que a população da Baixa da Banheira continue a ser prejudicada desta forma. A saúde é um direito e todos devem ter acesso aos serviços de saúde. Recordamos que este assunto já foi levado à Assembleia da República dezenas de vezes e que por dezenas de vezes não foi concretizado, apesar de ser colocado na agenda política sempre que ocorrem eleições.

A Bancada da CDU propõe novamente que se tome posição sobre estes problemas porque estes se têm agravado. Em 13 médicos no mapa de pessoal, por vezes só estão 3 a trabalhar, deixando sem acompanhamento milhares de utentes que vêm a sua situação de saúde piorar.

Assim, a Assembleia Municipal da Moita, reunida a 30 de Setembro de 2016, delibera:

- 1) Solicitar novamente ao governo que tome as diligências necessárias para a colocação de mais médicos nesta unidade de saúde;
- 2) Exigir ao governo que de uma vez por todas faça o novo Centro de Saúde;
- 3) Recomendar que tenham em atenção a situação dramática de milhares de pessoas que não têm as suas consultas e que não são acompanhadas, sendo-lhes retirado por esta via o direito constitucional aos serviços de saúde primários.”

Srª Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Informou que só tinha uma inscrição da Sr^a Filomena Ventura e que, no decurso dessa intervenção, outros membros que queiram intervir manifestem essa indicação.

Colocada a moção à discussão intervieram os seguintes membros:

Sr^a Filomena Ventura do PS

Começou por dizer que a bancada do PS leu com atenção esta moção e que, obviamente, concordam que a falta de médicos é uma situação dramática, que se nota mais nos serviços públicos porque afeta as pessoas e afeta a saúde, digamos assim, o não se conseguirem ultrapassar diferentes tipos de doenças, mas também têm consciência que o envelhecimento dos funcionários públicos é transversal e, obviamente, que, por vezes, se nota de uma forma mais evidente naqueles serviços que precisamos quase, infelizmente, em situações de urgência, como é o caso dos centros de saúde, ou seja, o Serviço Nacional de Saúde.

Esta moção com o nome "*Por melhores serviços de Saúde na Freguesia da Baixa da Banheira*", praticamente, quase a votaria favoravelmente mas têm uma proposta a fazer à bancada da CDU, pelo que vai começar por fundamentá-la.

Uma vez que a moção anterior foi votada por unanimidade nesta Assembleia, e focou a construção do Centro de Saúde da Baixa da Banheira, propuseram que, nesta moção, se retirasse o ponto dois porque lhe parece que toda ela está colocada e a chamar a atenção para a falta de médicos, pelo que teria muito mais força se focassem a falta de médicos, e também de enfermeiros e de funcionários.

Mais sugeriu que, em caso de aprovação, a fizessem chegar à Ordem dos Médicos, especialmente, à da zona do distrito de Setúbal.

Por último questionou se a Sr^a Presidente da Mesa pretendia que repetisse, sem faltar ao respeito pela condução dos trabalhos.

Sr^a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

Disse que gostava que repetisse qual a proposta de alteração que o PS propôs à CDU.

Sr^a Filomena Ventura do PS

Esclareceu que a proposta de alteração é retirar o ponto dois, sendo que fundamentam essa proposta no facto de a moção anterior ter sido aprovada por unanimidade, o que já faz o desencadear, e pelo facto de todos lutarem pela construção do centro de saúde.

Considera que esta moção, e pediu que lhe permitissem isto, no exercício democrático que hoje aqui estão a fazer, se deveria centrar na ausência dos técnicos de saúde, especificamente dos médicos, ou seja, nesta Assembleia, no período antes da ordem do dia, têm uma moção aprovada por unanimidade que fala da construção do Centro de Saúde da Baixa da Banheira e irão, certamente, mas terão de aguardar a votação, ter outra onde se fala da necessidade dos médicos no do Centro de Saúde da Baixa da Banheira.

A outra sugestão não tem a ver com alteração do texto mas sim com uma consideração para que esta moção fosse divulgada junto da Ordem dos Médicos.

Sr^a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

Informou que estão inscritos mais quatro membros da Assembleia Municipal, designadamente, Nuno Cavaco, Manuel Marques, João Faim e Filomena Ventura.

Sr. Presidente da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco

Começou por dizer que há aqui uma proposta da bancada da CDU, que está automaticamente aceite, logicamente, de não se focarem só nos médicos mas sim em todos os profissionais de saúde porque, mesmo aqueles que hoje estão em número suficiente para satisfazer as necessidades podem, um dia mais tarde, não vir a fazer, até num futuro recente que podem ter, portanto, passará também a enquadrar outros profissionais da saúde.

Sobre a proposta do PS disse que não, que é inaceitável, porque senão metade do conteúdo da moção tinha que ser retirado e porque a questão é que uma coisa está ligada com a outra. Há médicos que não

querem trabalhar ali, e isto é dito, é público, há médicos que não vêm para cá por causa das condições do centro, portanto não faz sentido dizer uma coisa sem outra, e não se entenda isto como pressão porque, como diz a moção, e é público, o Ministro da Saúde afirmou em fevereiro, com todas as letras, que todos os centros de saúde que funcionassem em prédios de habitação estariam, até ao final do ano, numa situação diferente e iriam funcionar em locais condignos, feitos para o efeito, ou adaptados, mas que servissem. Portanto, ele disse isto, como disse mais coisas, porque disse também que, até o final do ano, todas as crianças teriam médico de família, o que não é verdade, mas, porque acha que a intenção era boa, devem manter para colocar aqui alguma pressão.

Pessoalmente, apesar de também estar a falar em nome de algumas pessoas mas, pessoalmente, vai dizer umas coisas para não vincular ninguém porque considera que “de boas intenções está o inferno cheio”. Estão todos juntos, o que acha bem, e não tem dúvidas nenhuma que as pessoas da bancada do PS também desejam o centro de saúde, não tem dúvidas nenhuma, mas depois, quando o assunto é discutido na sede de decisão acontece que o PS vota contra. Não é a primeira vez que os membros do PS, mas atenção, pasme-se, porque também já ouviu um membro do PS a dizer que não se devia fazer um centro porque o centro era bom, o problema são os médicos, e ouviu isto em várias assembleias de freguesia, o que se pode constatar em atas, como agora vê que há uma unanimidade no PS mas, na sua opinião, é ver para crer.

Respondendo sem querer responder à declaração de voto de há bocado disse que o governo anterior também disse que se fazia o centro de saúde este ano, portanto é muita promessa e pouca coisa feita.

Não aceitam, entendem que fica como está e não é para fazer pirraça nem para fazer nada, é mesmo para defender as pessoas. Neste momento, e convidou os membros da Assembleia a levantarem-se às seis da manhã e passarem dez ou quinze minutos à porta do centro de saúde, estão filas de quarenta/cinquenta pessoas, há idosos que não têm consultas nem veem passados os meios de diagnóstico, há crianças que não têm as consultas de pediatria que deviam ter, há grávidas que não têm o acompanhamento que deviam ter no centro de saúde, enchem as urgências do Hospital do Barreiro por causa disto, e aquilo já não funcionava bem, portanto, este é um problema grave.

Terminou dizendo aqui, e afirmou não se tratar de uma provocação mas de uma constatação, que lamenta que o PS, numa moção parecida, porque não é igual, na Assembleia de Freguesia das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, se tenha abtido, que ainda tenha considerado que o governo tem prioridades. E ainda foram mais longe ao dizerem que o centro de saúde não foi feito, desde há trinta e tal anos, porque havia prioridades, depois discutiam outro assunto que era o passe L123 não chegar à Baixa da Banheira porque havia prioridades, depois foi as esquadras da polícia porque havia prioridades e, na altura, a bancada da CDU concluiu que a Baixa da Banheira e o Vale da Amoreira não são prioridades para o PS.

Entendem que, de uma vez por todas, e na moção anterior fala-se em prioridade, tem que ser uma prioridade porque as pessoas têm o direito constitucional de ter o direito à saúde, pelo que é fundamental ter o centro de saúde feito, não só para ter estes médicos como para ter outros profissionais de saúde e ter tudo aquilo que a lei consagra às pessoas do país inteiro, e estão cá para defender os banheirenses, porque é disso que se trata, olhar para o lado, ver coisas a funcionar e verem-se castigados há trinta e tal anos já chega, já chega.

Sr^a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

Informou que o Sr. Manuel Marques e o Sr. João Faim prescindiram do uso da palavra, pelo que a passou à Sr^a Filomena Ventura.

Sr^a Filomena Ventura do PS

Disse que compreende os desabafos de quem é presidente de uma união de juntas de freguesia, o que não compreende é a carga de juízos de valor que é passada para as pessoas que compõem a sua bancada, não percebe. Democraticamente tem algumas dificuldades em aceitar, no entanto, tolera porque essa é a sua forma de estar na democracia, e considera como um desabafo.

Porém, pediu que lhe permitissem fazer uma correção porque dramaticamente não é às seis da manhã, dramaticamente as pessoas deslocam-se, por vezes, logo às quatro da manhã, dramaticamente as pessoas também o fazem à porta das IPSS's para inscreverem os ainda não nascidos nas creches, mas há uma coisa que os eleitos pelo PS aqui nesta Assembleia Municipal não podem ser acusados que é de não defenderem a população do concelho da Moita.

Disse ainda ter um preciosismo, que esta moção tem razão de ser mas hoje estão reunidos no Gaio e hoje é dia trinta de setembro. Certamente que, no trabalho partidário, com todo o respeito que tem pelo trabalho partidário da CDU, e pediu que lhe permitissem a correção, porque a data da moção discutida tem que ser trinta de setembro e estão no Gaio.

Sr^a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

Informou que vão dar a palavra, e foi praticamente ao mesmo tempo que se inscreveram, ao Sr. Carlos Albino e ao Sr. Nuno Cavaco, e que ficam encerradas as inscrições sobre esta moção.

Sr. Carlos Albino do PS

Começou por agradecer o acolhimento da associação que os recebeu aqui hoje.

Sobre a discussão desta moção, e das intervenções que foram feitas até ao momento, disse querer apenas fazer referência a uma situação porque acha que é pouco sério dizer-se que não foi cumprido aquilo que o Ministro disse, e que foi que até ao final do ano todas as crianças vão ter médico de família, em virtude de estarem ainda em setembro e não terem chegado ao final do ano. Acredita que haja quem tenha muita pressa para que o ano acabe, mas ainda vão em setembro e até ao final do ano existirá ainda a possibilidade, e todos vão acreditar que o Ministro é uma pessoa de bem e estará de boa-fé a fazer tudo o que é possível para que assim aconteça, de todas as crianças puderem vir a ter um médico de família, tal como outras propostas que o PS tem cumprido e honrado desde que foi eleito.

Mais disse que, no que diz respeito ao ponto dois: "*Exigir ao governo que de uma vez por todas faça o novo Centro de Saúde*", não honra os membros desta Assembleia, os termos que estão aqui inscritos não honram os membros que fazem parte desta Assembleia.

Sr. Presidente da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco

Disse que iria ser rápido, que são só três notas, e não ia falar nisto mas já que tem a possibilidade tem que considerar que o que é pouco sério é o Ministro dizer coisas que não veem andar, uma vez que desde que disse aquilo até agora estão 1,2 milhões de crianças sem médico de família, portanto, estar aqui a fazer juízos de valor sobre o que os outros dizem que acreditam ou não, não. Não acredita nem nenhum português sério, se alguém acredita só por facciosismo partidário, esse alguém é que tem um problema. Não é verdade, não vai ser feito, ou então também vão acreditar que, até ao final do ano, o Centro de Saúde da Baixa da Banheira vai estar feito como ele prometeu. Vão acreditar ou vão dizer que quem diz que dúvida que isto aconteça é pouco sério? Quem acredita nisto é que é pouco sério e deve estar aqui a querer iludir.

Para si, 1,2 milhões de crianças sem médico de família é uma vergonha, e não é culpa deste governo, não, é culpa deste, do anterior, do outro e do outro. Há trinta e tal anos que reivindicam o centro de saúde, fizeram-se manifestações, concentrações, reuniões, tudo e mais alguma coisa. Em PIDDAC, por dezoito vezes, o PS votou contra concretas de PIDDAC apresentadas pelo PCP e pelo PEV, dezoito vezes, dezoito vezes contra e depois o próprio é que é pouco sério quando vêm para aqui dizer que estão a defender a construção do centro de saúde e que os termos não são os mais adequados. Não, claro que não. Votar contra e dizer que se quer fazer é que é correto, já perceberam.

Recordou que já uma vez aqui disse que podem levantar o tom e serem educados como o foi agora, mas o que a D. Filomena fez não é educação, não tem nada de educação. Falou num tom muito cordial, ali com uns toques provocativos do pior que já viu, fez várias considerações sobre o seu caráter, quando o próprio não fez considerações sobre o caráter de ninguém, e não lhe admite porque não quer saber o que é que cada membro do PS pensa. O que disse foi que uma moção parecida a esta mereceu uma abstenção em sede própria, na Assembleia de Freguesia das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, com membros do PS a considerarem que não era prioridade fazer o Centro de Saúde da Baixa da Banheira, porque há outros que precisam mais, concretamente Corroios, e isto foi dito e vai estar em ata.

Mais, se a moção foi apresentada pela CDU e criticada pelo PS porque não era a altura certa como é que o PS, dois dias depois, apresenta uma moção? É o mesmo PS, ou será o mesmo efeito do PS bom e do PS mau? Há um PS bom ou há um PS mau? No mínimo, diria, entendam-se. Agora, não pode aceitar que tenham uma posição num lado, uma posição no outro e que depois, quando chega à Assembleia da República, tenham sempre a mesma posição, que é votar contra, dezoito vezes contra.

Portanto, em nome da sua população, em nome da população da Baixa da Banheira que não é sua porque também faz parte, não pode aceitar isto e disse que os banheirenses estão fartos de ser gozados, isto é gozar, porque chega à altura das eleições e “vamos fazer o centro de saúde” e não é feito. Quantas vezes o centro de saúde foi prometido pelo PS? Quantas vezes? Digam-lhe. E agora, o que é que o PS Moita fez para que ele fosse feito já que estão tão preocupados? É que não vê o PS Moita, salvo uma ou outra exceção, nas concentrações, nas manifestações, na rua com o povo, não vê, nunca viu. Há fotografias, há registos, nunca viu e vai a todas, de há muitos anos, não é de agora.

Permitam-lhe que desconfie dos membros do PS, e desconfia mesmo, porque acha que estão interessados em que se faça o centro de saúde mas, na sua opinião, obedecem ao partido e o partido não quer porque acha que noutra lado é mais importante e eles aceitam. Agora, não tem dúvidas que todos os membros do PS querem o centro de saúde mas não lutam por ele porque o partido entende, a nível nacional, que isto não é uma prioridade. E, como disse há bocado, entende que não é quer para a saúde, quer para os transportes, quer para as esquadras das forças de segurança, e têm vindo a ser os últimos, e depois ainda dizem coisas do género “olha somos um concelho com falta de coisas”, pois claro, pois claro, porque não são a prioridade do PS.

Srª Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

Informou que foi pedido o uso da palavra por defesa da honra e não há mais inscrições.

Houve uma proposta de alteração que não foi aceite, a discussão já foi feita, e só dará a palavra à Dª Filomena para defender a sua honra.

Srª Filomena Ventura do PS

Perguntou à Srª Presidente da Mesa se podia continuar ou se havia dúvidas na bancada da CDU sobre o regimento e a constituição.

Srª Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

Disse que agradecia que não houvesse provocações e dirigindo-se à D. Filomena disse-lhe que só lhe deu a palavra para fazer a defesa da honra de algumas afirmações que foram feitas e que é nesse sentido que tem a palavra.

Srª Filomena Ventura do PS

Pedi imensa desculpa e deu razão à Srª Presidente da Mesa. Pediu então permissão para reforçar, na defesa da honra:

“Foram deturpadas as minhas palavras. Quando eu verbalizei que nós quando sabemos, e nós eleitos pelo Partido Socialista nesta Assembleia Municipal, quando sabemos das manifestações estamos presentes. Vou continuar a repetir. Quando nos acusam de ter diferentes tomadas de posição, se calhar, tem a ver com a característica de sermos Partido Socialista, que está nos nossos estatutos entre o artigo 4º e o 6º, que temos direito à nossa opinião.

Defenderei isto até ao fim, mas não posso terminar esta defesa da honra sem lembrar aos membros desta Assembleia Municipal que quando se discutiu, durante este mandato, o aumento ou a manutenção do IMI, ao longo destes anos todos, cheguei a dizer na argumentação para ele dever baixar que estive na rua com muitos elementos, quer do executivo, quer da bancada da CDU, em defesa ou contra o empobrecimento das populações, em defesa das populações e, só no corrente ano, é que o IMI foi baixo.

É isto que querem que eu fale ou só comparam com o meu partido a nível nacional?”

Terminou agradecendo à Srª Presidente, deu-lhe os parabéns pela condução dos trabalhos e pediu desculpa pelo início da sua intervenção.

Submetida a **moção** a votação foi a mesma **aprovada por maioria** com vinte e quatro votos a favor, sendo dezanove da CDU, um do PS, dois do BE, dois do PSD; sete abstenções do PS.

Declaração de Voto da Sr^a Filomena Ventura do PS

“O meu voto de abstenção para esta moção tem a ver com todos os juízos de valor e achincalhamento que foram exercidos para com esta bancada. Por outro lado...” – neste momento interrompeu para perguntar à Sr^a Presidente se lhe permitia ou se queria que se calasse e agradeceu a atenção.

Retomando disse: “Por outro lado, continuo a dizer que, em setembro, dizer-se que não se vão iniciar as obras não é uma questão que possamos afirmar três meses antes do final do ano.”

Sr^a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

Antes de dar a palavra ao Sr. Luis Chula, e só para que fique clarificado, disse que nas declarações de voto não há lugar a interrupções.

Declaração de Voto do Sr. Luis Chula do PS

“A minha declaração de voto de abstenção tem a ver com a seguinte posição: absteve-me porque não reconheço que os termos em que o ponto número dois desta moção sejam aqueles que honram os membros desta Assembleia.

Podia-se escrever dizendo o mesmo que solicitar ao governo uma maior celeridade na construção do Centro de Saúde da Baixa da Banheira já me honraria, agora exigir para mim não tem problema agora, de uma vez por todas, isto não é português para a Assembleia Municipal.”

Declaração de Voto do Sr. António Chora do BE

“Antes de mais agradeço ter-me dado a palavra quando eu fui praticamente o último a tê-la pedido mas eu percebo a razão dessa antecipação a outros elementos que pediram anterior a mim.

No entanto, não posso deixar de dizer que votei favoravelmente esta moção, como votei favoravelmente a anterior, pela melhoria ou pela reconstrução de um Centro de Saúde na Baixa da Banheira, mas quero aqui dizer que esta moção, para mim, é curta e é curta na medida em que passa pela rama. O absentismo, quase crónico, de dez médicos naquele centro de saúde, muitos dos quais, e eu tenho conhecimento próprio, dão consultas nos mesmos dias nos seus consultórios privados a horas diferentes daquelas, é claro, em que deviam estar presentes neste centro de saúde.

E isso é que é de lamentar e temos todos que ter a coragem de chamar as coisas pelos nomes para não dizer aqui outra coisa.”

Declaração de Voto da CDU apresentada pelo Sr. João Faim

“Votámos favoravelmente esta moção porque na bancada da CDU encaramos o exercício da política, mesmo a política feita enquanto participação cidadã e a nível local, como um ato de seriedade intelectual e a defesa intransigente dos interesses da população que nos elegeu.

Senão, vejamos. Se foi aprovada anteriormente uma moção, por unanimidade, que, exatamente, referia a construção do Centro de Saúde da Baixa da Banheira, qual é a diferença entre votar favoravelmente uma moção que igualmente exige a construção do Centro de Saúde da Baixa da Banheira e que acrescenta algo mais, importante, que é as pessoas, algo mais que é a necessidade de médicos e profissionais de saúde, além das condições físicas, porque o problema não se resolve só com construção.

Digam-me, se faz favor, se forem capazes, qual é a diferença que refere uma moção, que nós votámos por unanimidade, que diz que reafirmam a necessidade da construção urgente do Centro de Saúde da Baixa da Banheira para uma outra moção que diz exigir a construção desse mesmo Centro de Saúde.

Esta diferença é absolutamente nenhuma, é apenas uma questão semântica e é uma questão que refere, exatamente, quem verdadeiramente está interessado na resolução dos problemas da população.

Não votaram a favor por sectarismo, por orientação politiqueria e partidária.”

Declaração de Voto do Sr. Luis Morgado do BE

“Declaro, embora tivesse votado a favor, aliás, esta e a outra sobre o tema da saúde, votei favoravelmente as duas, mas declaro aqui o meu veemente desgosto pelo formato em que a discussão descambou.

Se viemos para o Gaio na perspetiva de descentralizar e também com o objetivo de mobilizar as pessoas, tenho ideia que a repetição de tais formatos de discussão não vão ajudar nada a que elas se mobilizem para uma próxima vez.

Terminando, saúdo todo o público presente porque, aliás, foi a minha primeira intervenção nesta Assembleia.

Se temos a hipótese de estarem unidos desunimo-nos por coisas que não valem a pena. É como dois pescadores que não apanham peixe, discute-se porque não se apanha peixe, quando ele aparece à fatura desentende-se porque não sabem o que é que hão de fazer ao peixe.

Que coisa vergonhosa que aqui aconteceu.”

Declaração de Voto do Sr. Staline Rodrigues do PS

“Revejo-me nas últimas intervenções, quer do meu amigo Faim, quer do meu amigo Luis, e dizer o seguinte: apraz-me registar o que está no primeiro parágrafo que o Centro de Saúde da Baixa da Banheira foi instalado há quarenta anos. Apraz-me registar porque há quarenta anos eu era Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Moita.”

Srª Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

Antes de iniciar o período da ordem do dia questionou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Sr. Presidente da União das Freguesias de Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos, Miguel Carregosa

Efetou uma intervenção de acordo com a transcrição infra:

“Quero saudar a realização desta Assembleia aqui no Beira Mar Gaiense e aproveitar a ocasião para dar as boas vindas a todos à freguesia do Gaio-Rosário.

Dar também uma saudação especial a toda a direção do Beira Mar pelo excelente trabalho aqui desenvolvido e dizer-vos que estamos prestes a cumprir três anos de mandato, um mandato que fica marcado pela união de freguesias que nos foi imposta.

Se foi bom ou se foi mau eu digo-vos que não trouxe uma única coisa boa, aliás, como poderia trazer coisas boas se de seis pessoas no executivo passamos a três e, dessas três, nenhuma tem tempo atribuído, e fico-me por aqui em relação às coisas boas e más porque senão estaríamos aqui a noite toda a falar de coisas más.

Eu pergunto como é que há pessoas que ainda podem defender uma situação destas mas também vos digo que o trabalho está a ser feito e bem feito, não temos faltado com nada às nossas populações mas a isso se deve ao esforço do executivo da junta, Câmara, dos trabalhadores da Câmara mas, principalmente, dos trabalhadores da junta de freguesia que têm sido incansáveis.

Quero deixar um agradecimento ao executivo da Câmara Municipal da Moita por estes três anos de muito trabalho, muito esforço, e também pela forma como vivem e sentem os problemas da freguesia do Gaio-Rosário e da freguesia de Sarilhos Pequenos. Obrigado.

Quero também aproveitar para deixar uma palavra de agradecimento a todas as comissões de festas do concelho da Moita, pelo excelente trabalho na organização das festas populares mas também por todas as iniciativas realizadas durante o ano, ou todo o ano, e não foram poucas.

O concelho da Moita é, sem dúvida alguma, um dos concelhos com mais atividades ao longo do ano e, se alguém tem dúvidas, é porque anda distraído.

Às comissões de festas e, de um modo geral, a todo o movimento associativo, o nosso obrigado.”

Srª Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

Não havendo mais nenhum pedido de intervenção disse que esta última intervenção ficou registada, à qual pensa que todos se associam e passou à Ordem do Dia desta Assembleia Municipal.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – Estatuto do Direito de Oposição – Relatório de Avaliação / 2015

Sr^a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

Informou que, no cumprimento da lei e face a um requerimento, aqui está a discussão, que poderia ser feita no período antes da ordem do dia mas que entenderam que seria considerado como um ponto de ordem do dia.

É discussão, é avaliação, mas chamou a atenção de todos para o facto de não ser votação, uma vez que é feito nos mesmos moldes que são os “Atos da Câmara”.

Perguntou então ao Presidente da Câmara se pretendia, quanto a este assunto, tecer algum comentário sobre o relatório o qual lhe deu indicação que não pretendia.

Perguntou então se algum membro da Assembleia Municipal pretendia intervir, informou que ia dar a palavra à D^a Dulce e que agradecia que, no decurso dessa intervenção, outros membros da Assembleia Municipal que se queiram pronunciar sobre este ponto manifestem essa indicação.

Colocado o documento à discussão intervieram os seguintes membros:

Sr. Dulce Marques do PS

No que diz respeito a este estatuto da oposição não tem dúvidas que, em termos formais, corresponde àquilo que a lei prevê e, na sua opinião, está muito bem elaborado e tem todos os requisitos previstos na lei.

A lei, no que diz respeito aos membros desta Assembleia, diz que este relatório de avaliação terá de conter o grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes na lei do Estatuto de Oposição e, o que acontece, é que é realmente muito complicado, e levanta muitas dúvidas, saber o que é que realmente é isto do “grau de observância”. Teve muitas dúvidas e a verdade é que não existe muita interpretação a este respeito, mas sobre uma questão não tem dúvidas, é que este relatório terá que especificar quais as situações em que, no que diz respeito a estes direitos e garantias que os membros desta Assembleia têm, foram respondidos ou se, no fundo, foram respeitados, e respeitar significa se foram respondidos.

Agora há uma questão que é a seguinte é que a maior parte das perguntas são colocadas verbalmente, oralmente, e a verdade é que é um pouco complicado aqui, neste relatório, concretizar se foram respondidas ou não. Mas a questão é esta, se lerem o parágrafo 4º da página 3, resumidamente, o que diz é o seguinte: os esclarecimentos e as respostas aos pedidos de informação apresentados pelos membros da Assembleia Municipal são dados no decurso das sessões daquele órgão, posteriormente por escrito ou na sessão sucedânea. Isto permite entender, concluir, a qualquer pessoa que lê e que não assiste às assembleias, que efetivamente todas as questões têm sido respondidas.

A título de exemplo, referiu uma situação que foi apresentada pelo seu colega de bancada Carlos Albino, no dia 25.09.2015 e que diz respeito a uma situação relacionada com um edifício, que só foi respondida no dia 23.06.2016, portanto cerca de nove meses depois.

Um outro exemplo, e não irá especificar todos, reporta-se a um requerimento feito por si em que pediu esclarecimentos técnicos ou de outro nível sobre o motivo por que esta Câmara ainda não transmitia as sessões *online*. Com isto quer chamar a atenção para o seguinte, e não está a falar da recomendação que foi aqui aprovada porque as recomendações não têm que constar deste relatório, o que fez há cerca de um ano, mas não sabe precisar, foi um requerimento a pedir esclarecimentos técnicos porque é que não eram transmitidas ou se a Câmara decidira simplesmente não emitir, porque estão aqui a falar de uma recomendação, logo a Câmara não é obrigada, mas até hoje ainda não obteve qualquer resposta.

O que chama a atenção neste relatório é o seguinte, das duas uma, ou especificavam as questões colocadas por escrito e que não obtiveram resposta ou então utilizavam uma linguagem que não permitisse, a qualquer pessoa que lesse, concluir que, efetivamente, tinha sido dada resposta a tudo.

Srª Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

Informou que tinha um pedido de uso da palavra por parte do Sr. João Faim, questionou se mais alguém pretendia intervir tendo obtido indicação da Srª Filomena Ventura, do Sr. João Figueiredo e encerrou os pedidos de intervenção.

Sr. João Faim da CDU

Da análise que fizeram do relatório sobre o cumprimento do estatuto de direito da oposição, apresentado pelo Sr. Presidente Câmara Municipal, não se lhes oferece qualquer dúvida, quer quanto à clareza, quer quanto à abrangência do documento. Trata-se, naturalmente, de um documento que, necessariamente, condensa aquilo que é a principal atividade, no âmbito do exercício legal, que é o Estatuto do Direito de Oposição que, refira-se, é um estatuto dos partidos políticos representados quer na Câmara Municipal, no caso de vereadores que não têm pelouro, e não da pessoa em si mas do próprio partido, quer na Assembleia Municipal, que não estão representados no executivo, neste caso, que tem funções de gestão diária da autarquia.

Entendem que um documento é um documento que para ser legível tem, naturalmente, de ter as características que a lei lhe confere e exige e este documento cumpre isso mas, de facto, a prática, e a prática do exercício do direito de oposição passa por todos, passa pelo executivo municipal e passa também por quem na verdade é oposição e usufrui desse estatuto, pelo que perguntou, e a Câmara Municipal, se estiver errado, pode esclarecê-lo, a quantas reuniões de exercício do Estatuto de Oposição, nomeadamente para discussão de documentos como as Grandes Opções do Plano, o Plano de Atividades ou o Mapa de Pessoal, que é um exercício de oposição que está conferido na lei, é que os senhores vereadores da oposição faltaram, porque o Estatuto de Oposição começa exatamente por quem é oposição.

Mais perguntou se, e nesta Assembleia já assistiram algumas vezes a essa questão, de certa forma com algum menosprezo, relativamente a um documento que têm em todas as sessões ordinárias da Assembleia, e que hoje também faz parte da ordem de trabalhos, que é um documento que vem no quarto ponto desta ordem de trabalhos que são os "Atos da Câmara" e que é um documento detalhado, e que já foi criticado nestas sessões exatamente por ser detalhado demais, "é muita palha", "é detalhado de mais, "não percebemos". Então, por um lado há pouca informação, por outro há informação demais e, além deste documento dos "Atos da Câmara", vem um documento que nunca é questionado aqui que é um documento que o acompanha, e que é também uma obrigação legal, que é uma informação relativa a todos os processos que a Câmara Municipal tem a correr em tribunais e que também é uma informação importante porque, quer relativamente ao relacionamento com outras entidades, quer relativamente às responsabilidades da própria Câmara Municipal, é obrigação de todos saberem, e também da oposição.

De facto, defendem que a atividade e o exercício democrático se fazem também com a oposição, faz-se com o exercício do poder responsável mas faz-se, naturalmente, também com a oposição responsável.

Existe um documento que está disponível na *internet*, e pensa que é fácil ter acesso a quem procurar, que é um documento de uma formação partidária, como aquelas universidades de verão que existem, e que fala exatamente daquilo que é o enquadramento legal e que diz outra coisa, diz que não é sequer obrigação dos municípios dar condições de logística, quer com gabinete quer com a possibilidade de ter algum apoio logístico enquanto eleitos, para poderem exercer essa oposição. É dito, "escarrapachado" nesse documento mas essa não é a prática da CDU, e os senhores vereadores da oposição que aqui estão presentes sabem-no perfeitamente.

Portanto, consideram que o documento é assertivo, válido, bem fundamentado e que, para além de cumprir todos os aspetos legais, cumpre e espelha também aquilo que é o verdadeiro exercício da democracia do concelho da Moita.

Srª Filomena Ventura do PS

Começou por dizer que ainda bem que estão a discutir este relatório do Estatuto de Oposição, ainda bem que o fazem, no fundo a requerimento da oposição e que foi colocado na ordem de trabalhos, mas também quis lembrar esta Assembleia Municipal que a lei existe desde 1999.

Informou os membros desta Assembleia Municipal, e pediu permissão à Srª Presidente da Mesa, que sempre tem feito bom registo de todas as intervenções, para dizer *mea culpa* em relação à leitura do relatório da atividade municipal e para assumir aqui publicamente a culpa porque só tem exacerbado a

atenção a ler a parte da educação porque são, se calhar, interesses iminentemente relacionados com a sua profissão.

Recordou também a todos os membros desta Assembleia Municipal que a oposição e a responsabilidade da oposição passam também pelo requerimento entregue sobre o processo judicial, e isto tudo para fundamentar a boa ou a responsável oposição que têm feito, mas a democracia terá sempre a postura de diversas versões tendo, a esse propósito, pedido para lembrar aqui o que um professor seu dizia que e que era que *"um ponto de vista é sempre uma vista a partir de um ponto"*.

Mais disse que também andou a pesquisar na *internet*, onde têm acesso a muita coisa, e também encontrou um parecer jurídico que diz que os membros da oposição poderão ter acesso a espaço no Boletim Municipal e que, se a Mesa quiser, lho fará chegar.

Pedi então que lhe permitissem, com todo o respeito que a Sr^a Presidente e os Srs. Secretários sabem que tem pelo exercício da condução de trabalhos, dizer que quando olhou para a convocatória, efetivamente, em relação ao ponto um da ordem de trabalhos, a primeira leitura que fez foi que não tinha votação, tendo por isso reiterado o pedido de permissão para alertar, com todo o respeito, porque na convocatória e, se calhar, também *"o ponto de vista a partir do ponto"*, porque é natural que os serviços, por qualquer motivo, ou quem redigiu a convocatória, tenha feito *"usasse"* e só alterasse a ordem de trabalhos, ficou redigido *"a fim de se deliberar sobre a seguinte ordem de trabalhos"* e daí esta pequena chamada de atenção.

Ficou, portanto, aqui o facto de hoje estarem a discutir, por requerimento do PS, o relatório da atividade ao abrigo do Estatuto de Oposição do ano anterior, sendo a lei de 99, fica aqui também o parecer jurídico, que como devem calcular fará chegar à Mesa, sobre os membros da oposição terem espaço no Boletim Municipal e a lembrança de que já fizeram um requerimento ao abrigo do Estatuto de Oposição sobre um processo judicial e um *mea culpa* por só se interessar pela atividade municipal da educação mas, certamente, todos os membros aqui da Assembleia perceberão.

Sr. João Figueiredo da CDU

Começou por dizer que, como o seu camarada já afirmou, a democracia e a oposição exercem-se, não se decretam, exercem-se, mas além disto existem alguns formalismos que ajudam a que essa oposição se exerça, que ajudam ou que protegem que essa posição se exerça.

Eventualmente, este poderá ser um desses momentos e, eventualmente, este foi mais um daqueles momentos em que o PS não exerceu essa oposição, houve foi um daqueles momentos em que o PS Moita resolveu entrar pelo *"disse e depois não sabemos se disse porque não sabemos quem disse"* e isto não é oposição, precisamos de factos, isso é que faz falta.

A título de exemplo, uma vez que a Sr^a Filomena indicou um parecer jurídico em que, segundo ela, os membros da Assembleia Municipal teriam direito a espaço nas publicações municipais, disse que têm um outro parecer jurídico que diz exatamente o contrário.

Sr^a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

Informou que, por último, daria a palavra ao Sr. João Faim que a tinha pedido.

Sr. João Faim da CDU

A questão porque tinha pedido a palavra pensa que já foi, em grande parte, esclarecida pelo seu camarada João Figueiredo, no entanto, quer referir que o ponto da ordem de trabalhos é a discussão do Estatuto de Oposição e, quanto a isso, não há dúvidas e está aqui explanado.

Sabem que, muitas vezes, é importante criar determinados *fait divers* para dar o foco da discussão noutro sentido, pelo que a questão que queria frisar e sublinhar é que, de facto, existe no concelho da Moita o rigoroso cumprimento do Estatuto de Oposição, é uma falsa mistificação dizer o contrário, a prática desmente exatamente isso e a oposição exerce-se, assim como o poder se exerce, a oposição exerce-se com toda a dignidade, com todo o direito, porque um voto é um voto, um voto em quem ganha é igual a um voto em quem perde.

Sr^a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

Sobre este ponto disse que foi discutido e que todos os membros da Assembleia Municipal puderam colocar as questões que consideraram pertinentes.

Sobre a questão da convocatória esclareceu, em nome da Mesa, que tal como em todos os editais e reuniões anteriores onde, não aparecendo este ponto, aparece sempre os "Atos da Câmara", obviamente que "a fim de se deliberar" pode passar apenas por fazer a discussão. Esta foi sempre a leitura que a Mesa da Assembleia Municipal teve quando entendeu introduzir este ponto na Ordem do Dia, que tem as duas vertentes, discutir-se o Estatuto do Direito de Oposição com o Relatório de Avaliação 2015, o que foi feito, como foi dada a oportunidade, a todos os membros da Assembleia Municipal, de se poderem pronunciar sobre o mesmo.

2 – Designação do Júri do procedimento concursal para recrutamento do Dirigente para o Gabinete de Informação e Atendimento ao Múncipe, cargo de direção intermédia de 3º grau

A proposta infra foi aprovada por maioria, com três abstenções, em reunião da Câmara Municipal realizada em 07/09/2016:

"A Câmara Municipal da Moita, em reunião de 13/04/2016 e a Assembleia Municipal em sessão de 29/04/2016, aprovaram a alteração ao número máximo de unidades orgânicas flexíveis do Município, fixando em 15, sendo 11 o número máximo de unidades orgânicas flexíveis dirigidas por titulares de cargo de direção intermédia de 2º grau, e 4 o número máximo de unidades orgânicas flexíveis dirigidas por titulares de cargos de direção intermédia de 3º grau.

Posteriormente a Câmara Municipal, em reunião realizada em 18/05/2016, aprovou sob proposta do Presidente da Câmara, a criação de uma unidade orgânica flexível, designado "Gabinete de Informação e Atendimento ao Múncipe", unidade orgânica flexível de 3.º grau, bem como a definição das respetivas competências.

A Lei nº 49/2012, de 29 agosto, que procede à adaptação à Administração Local da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pela Lei nº 64/2011, de 22 dezembro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, introduziu alterações no recrutamento dos cargos dirigentes, nomeadamente no que concerne à forma de designação e composição do Júri.

Nos seus termos, o júri do recrutamento, é composto por um presidente e dois vogais, é designado por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, de acordo com o preceituado no nº 1 do art.º 13º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto;

O presidente é designado de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, e os vogais são designados de entre personalidades de reconhecimento mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, cuja atividade seja ou tenha sido exercida preferencialmente na área dos recursos humanos ou da administração local autárquica, de acordo com o determinado no nº (s) 2 e 3 do citado artigo.

Pelo meu despacho nº 05/XI/PCM/2016, foi aberto procedimento concursal para recrutamento de dirigente intermédio de 3º grau para o Gabinete de Informação e Atendimento ao Múncipe, tornando-se agora necessário proceder à designação do respetivo júri.

Assim propõem-se que a Câmara Municipal, ao abrigo e nos termos do art.º 13º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, proponha à Assembleia Municipal a designação do seguinte júri para o procedimento concursal referido.

Presidente	Dra. Maria Helena Vinagre Bento Santos Diretora do Departamento de Assuntos Sociais e Cultura Câmara Municipal da Moita
1º Vogal	Dr. António Manuel Palhas Jesus Pereira Diretor do Departamento de Administração e Recursos Humanos Câmara Municipal da Moita

- 2º Vogal Dr.ª. Carla Ribeiro
Chefe da Divisão de Recursos Humanos
Câmara Municipal do Barreiro
- 1º Vogal suplente Dr.ª Maria Ana da Silva Miguel Judas
Chefe da Divisão de Cultura e Desporto
Câmara Municipal da Moita
- 2º Vogal suplente Dr. Carlos Manuel Noé Quinteiro Gonçalves
Chefe da Divisão de Recursos Humanos
Câmara Municipal da Moita.”

Srª Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

Perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia apresentar a proposta da Câmara Municipal e pediu aos membros da Assembleia Municipal que pretendessem intervir neste ponto que fossem, desde já, manifestando essa intenção.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Disse que esta proposta vem dar continuidade a duas outras que já foram deliberadas nesta Assembleia, que foram a criação de uma nova unidade orgânica, o Gabinete de Informação e Atendimento ao Município, e, posteriormente, a aprovação dos termos e dos requisitos para o exercício do cargo de dirigente desse mesmo Gabinete, e agora o último momento deste processo que é a designação do júri que, à semelhança do que fizeram, do critério que seguiram para todos os cargos dirigentes da Câmara, no âmbito da nova legislação, propõem dois dirigentes do município, neste caso, a Diretora do Departamento de Assuntos Sociais e Cultura e o Diretor do Departamento de Administração e Finanças, e pediram a outra câmara vizinha que lhes cedesse um seu dirigente, neste caso, uma sua dirigente, para também integrar este júri, que no caso é a Chefe da Divisão de Recursos Humanos da Câmara Municipal do Barreiro.

São ainda apontados dois dirigentes que, naturalmente, só desempenharão funções no caso de impedimento de algum dos anteriores, que são também eles dois dirigentes da Câmara Municipal da Moita.

Srª Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

Depois de apresentada a proposta e perante a ausência de manifestação da intenção de intervir por parte dos membros da Assembleia Municipal, submeteu a mesma a votação.

Submetida a **proposta** a votação, foi a mesma **aprovada por maioria** com vinte e dois votos a favor sendo dezoito da CDU, dois do BE, dois do PSD; oito abstenções do PS.

3 – Cedência em direito de superfície – Lote de terreno – Moita . Raríssimas – Associação Nacional de Deficiências Mentais e Raras, IPSS

A proposta infra foi aprovada por unanimidade, em reunião da Câmara Municipal realizada em 07/09/2016:

“Nos termos da escritura celebrada em 1 de Agosto de 2007, o Município da Moita cedeu a título gratuito à Raríssimas – Associação Nacional de Deficiências Mentais e Raras, IPSS, o direito de superfície sobre o lote de terreno designado pelo n.º 3, constituído através do Loteamento Municipal 1/2001, Mãe D’Água sito na Rua D. Manuel I, Moita, destinado à construção da “Casa dos Marcos” e ao desenvolvimento de atividades compatíveis com o cariz social da Associação.

Na sequência do trabalho desenvolvido, pretendem os seus responsáveis alargar o seu âmbito no campo do acolhimento de bebés e crianças portadoras de qualquer deficiência, através do desenvolvimento de respostas sociais de Creche, de Lar de Infância e Juventude, com vista ao seu diagnóstico e reabilitação, criando condições para a sua inclusão, tendo em conta que é parceira e participa ativamente nos grupos de trabalho do Conselho Local de Ação Social da Moita (CLASM).

Atendendo às atividades desenvolvidas pela Raríssimas e à pretensão dos seus responsáveis, no alargamento das áreas de trabalho, quer a nível social e científico, requereram a esta edilidade, a cedência de uma área de terreno destinada à construção de um equipamento.

Sempre atendeu o Município da Moita aos anseios das Associações que desenvolvem atividades no âmbito da ação social, como é o caso concreto da Raríssimas, na sua máxima de que "O caminho se faz caminhando", sustentada na investigação, inovação e internacionalização, pelo que ao abrigo do n.º 1, do art.º 30.º da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, e, ainda do estabelecido no Regime Jurídico das Autarquias Locais – Anexo I – aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na al.ª h), n.º 2 do art.º 23.º e das al.ªs g) e u) do n.º 1, do art.º 33.º, proponho que:

- Seja cedido em regime do direito de superfície à Raríssimas – Associação Nacional de Deficiências Mentais e Raras, Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), nos termos da minuta do contrato a celebrar e que se anexa, o lote de terreno para construção, com a área de 3805,00m² (área de implantação 2.663,50m² – área bruta de construção 5.327,00m²), identificado pelo n.º 3, integrado no domínio privado municipal, sito no loteamento municipal da Mãe D'Água Sul, Freguesia e Município da Moita, descrito na Conservatória do Registo Predial da Moita sob o n.º 5152/20150508-Moita e inscrito na matriz predial urbana sob o art.º 6513 da mesma freguesia, com o valor patrimonial tributário (VPT) de € 1.052.530,00, devidamente identificado na planta anexa e destinado à construção da "CASA DOS MARQUINHOS", equipamento para desenvolvimento de atividades dirigidas às causas e respostas sociais de Creche, de Lar de Infância e Juventude", para crianças com deficiências.
- Ao direito de superfície seja atribuído o valor de €842.024,00, calculado nos termos do Código do Imposto Municipal Sobre Transmissões Onerosas (CIMT)."

Srª Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

Perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia apresentar a proposta da Câmara Municipal.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Começou por dizer que a Raríssimas tem uma relação com o município da Moita que tem já dez anos, sendo que, durante o ano de 2006, o município da Moita foi abordado pela direção desta associação que procurava, na altura, um terreno onde instalar o seu equipamento e onde dar cumprimento à sua missão, que é de apoiar as famílias e tratar os doentes com doenças raras, e a Câmara Municipal, seguindo os seus critérios de sensibilidade social e de apoio à presença de IPSS no nosso território, disponibilizou um terreno.

Esta associação desenvolveu, a partir daí, um grande esforço que foi conhecido ao nível nacional, porque esta é uma associação de âmbito nacional, para se financiar, para encontrar apoios para a construção e, em 2014, veio a ser formalmente inaugurada a "Casa dos Marcos", e aquilo que podem dizer hoje, que é patente para todos os que têm acompanhado a trajetória desta associação, é que ela adquiriu uma projeção e um estatuto, quer ao nível nacional, quer mesmo ao nível internacional, como uma instituição de referência no tratamento e no apoio a doentes com estes tão complicados problemas de saúde.

Porque esta associação pretende crescer, veio propor ao município que se efetuasse a disponibilização de mais uma parcela de terreno que lhes permita crescer, construindo agora uma creche e um lar de infância e juventude.

Da análise que fizeram, resultou que este tipo de equipamentos são equipamentos deficitários no nosso concelho, na nossa região e no nosso país, tendo em atenção que se continua a tratar de dar resposta a uma necessidade social premente, e de algo a que nem o próprio Serviço Nacional de Saúde está dotado, que é o tratamento muito específico, muito particularizado, de doentes com estas patologias e, por último, tendo em atenção que, na zona onde se encontra atualmente a Raríssimas, a Câmara Municipal ainda possui parcelas de terreno em abundância.

Consideram por isso que devem continuar a apoiar e a manter esta parceria frutuosa com a Raríssimas, consideram que o alargamento das suas instalações contribui para a projeção do nosso município, consideram que este é o contributo do município para os cuidados dos doentes nestas situações e que não compromete qualquer outra intenção que possa vir a ser concretizada naquela zona, uma vez que o lote que vai ser cedido é um lote contíguo àquele que já está, neste momento, ocupado pela Raríssimas, como se vê pela configuração no mapa que foi distribuído, portanto, não compromete de maneira nenhuma o futuro daquela zona, antes pelo contrário, vem contribuir para a sua qualificação.

Srª Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

Disse ter apenas dois pedidos de intervenção sobre este ponto da ordem de trabalhos, designadamente, o Sr. Henrique Batista e o Sr. Staline Rodrigues.

Questionou se mais alguém pretendia intervir, tendo tido indicação por parte do Sr. Nuno Cavaco e deu por encerrados os pedidos de intervenção sobre este ponto.

Sr. Henrique Batista

Começou por dizer que, a título pessoal, se congratula com esta cedência e transmitiu a posição da bancada da CDU de acordo a transcrição infra:

“Sendo a instituição Raríssimas uma IPSS destinada a acolher pessoas com deficiências mentais e raras, reconhecida a nível nacional e internacionalmente pela sua atividade e investigação no âmbito das doenças raras, sendo prova disso, por diversas vezes, a presença nas suas instalações de altas individualidades de Estado, de reputados cientistas e investigadores de saúde de diversos países, nomeadamente em colóquios e conferências, elevando assim o nome do nosso concelho.

Tendo esta instituição, embora encontrado no município da Moita, as condições e a qualidade de infraestruturas para a implantação das suas infraestruturas e projetos.

Tendo o município da Moita acolhido este arrojado projeto, cedendo o terreno e apoiado a sua concretização, sendo de realçar todo o trabalho conjunto entre estas duas instituições.

Assim, vem a bancada da CDU congratular-se pela disponibilidade da Câmara Municipal da Moita em prontificar-se, mais uma vez, pelo bem-estar da sua população e pugnar pelo prestígio do concelho cedendo, conforme o pedido da Raríssimas, um lote de terreno em direito de superfície destinado à construção de um equipamento para desenvolvimento de atividades dirigidas às causas e respostas sociais de creches, lar de infância e juventude para crianças com deficiência, votando favoravelmente a presente proposta.”

Sr. Staline Rodrigues

Disse que, por curiosidade, queria referir que este terreno já foi cedido à Associação dos Comerciantes do Barreiro e Moita na presidência do Sr. José Luis Lopes Pereira, era o próprio então presidente desta Associação. Por casualidades relacionadas com a saúde da sua mulher, sentiu-se obrigado a deixar a atividade associativa naquela altura, sendo que a direção posterior veio a devolver esse mesmo terreno à Câmara Municipal, e que a própria Associação tinha o seu projeto, um projeto que se podia intitular como um hotel destinado aos futuros reformados da Associação.

Sobre o que se está a conversar hoje disse que, há dias, ouviu um jovem e grande cientista português que trabalha nesta área das doenças mentais e, casualmente, também tem um neto que trabalha nesta área que é psiquiatra, e ficou surpreendido com as intervenções deste grande cientista que trabalha numa universidade inglesa mas, naturalmente, que também trabalha em simultâneo com as autoridades da área no nosso país, porque ficou a saber muitas coisas que não sabia até então, o que é o nosso cérebro e a luta que se trava diariamente para se procurar perceber a sua infinita composição.

Em termos daquilo que se está a discutir disse que acha muitíssimo bem que a Câmara dê todo o seu apoio, todavia, o que lhe parece é que se verifica hoje, relacionada com esta matéria, que mesmo na sua terra há algumas pessoas com doenças mentais graves, como a dita doença do Alzheimer e outras relacionadas, e que observa com tristeza algumas pessoas na Moita, e não será só na Moita, possivelmente também no concelho, mas na Moita em concreto, que tiveram a sua atividade com dignidade intelectual, etc., etc., etc., e hoje passa por essas pessoas e vê, com tristeza, que aí andam a passear completamente distantes da realidade e da vida do concelho.

O que lhe parece é que não vê uma relação, e não quer dizer que não haja mas não vê, que seria adequada, de uma maior aproximação desta grande associação, de uma importância significativa, com os doentes da sua terra. Não sabe se existe ou não mas uma coisa é certa, parece-lhe que a própria Assembleia devia obter uma informação mais real do que é a atividade da Raríssimas e, de acordo com aquilo que está a dizer, naturalmente que o que deseja é que numa próxima assembleia a Câmara lhes possa permitir uma avaliação mais significativa e real do papel desta associação com o nosso concelho, porque se ela é importante no país, naturalmente que é de maior importância no seu concelho, sendo eu na Moita, e verifica como toda a gente verifica, existirão mais homens do que mulheres, ainda que não saiba logo não pode avaliar um número, mas talvez um número significativo de pessoas, com esta doença grave e espera que a Câmara, numa próxima oportunidade, lhes dê alguma informação.

Sr. Presidente da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco

Disse que concorda com quase tudo o que foi dito pelos dois membros que falaram anteriormente, que subscreve na íntegra a posição do seu camarada de bancada, e que tinha pedido a palavra para fazer um acrescento mas que já não é necessário porque já foi feito pelo Sr. Staline.

Todavia, pediu que lhe permitissem concluir a sua intervenção com uma chamada de atenção à Assembleia, e não é para ninguém em especial mas para todos, porque não cabe à Câmara Municipal da Moita dar a conhecer instituições. Os partidos políticos que se organizem, façam o seu trabalho e contactem, porque até lhe parece de mau tom estarem aqui a avaliar o trabalho de uma instituição que é nacional e que, sendo nacional, também vai servir os interesses do nosso concelho com certeza.

No entanto, e como disse, concorda com as duas intervenções, concorda muito, o que não lhe parece correto é esta questão de vir aqui depois para fazerem uma avaliação. Quem tiver interesse que se desloque lá, que pergunte, que faça, e tem quase a certeza que a Raríssimas ficará agradada por receber pessoas e conhecer.

Neste momento, e dirigindo-se à Sr^a Presidente da Mesa, disse que estava a falar há dez ou vinte segundos mas como lhe terá dito para acabar então acaba já.

Sr^a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

Em tom de brincadeira disse que resultou e informou que também se inscreveu para intervir, todavia pediu desculpa e disse que, se quisesse, lhe passava novamente o uso da palavra.

Sr. Presidente da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco

Disse que queria falar novamente e pediu desculpas pelo que ia dizer mas tinha que dizer, porque toda a gente falou o tempo que quis e o próprio falou um minuto, não falou mais, e já terminou. Achou feio mas, devido à amizade que tem, ao carinho e ao reconhecimento do que a Sr^a Presidente da Mesa faz, disse que a vai desculpar e que não irá tecer mais comentários, mas foi demasiado porque foi só um minuto.

Sr^a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

Disse que são *fait divers* e que os membros da Mesa, obviamente, também têm posição sobre as questões que aqui são discutidas e todas as opiniões que são aqui expressas, só que têm uma responsabilidade acrescida que é a de dirigir a reunião, muitas vezes com um papel que nem sempre é bem aceite, por uma bancada ou por outra, ou seja por quem for.

Também se inscreveu sobre este ponto para dizer que fica, obviamente, bastante satisfeita com esta proposta da Câmara Municipal de cedência de terreno para esta Associação, tanto mais que não tem só a ver com o âmbito nacional ou não, mas por ser uma grande mais-valia para toda a população do concelho da Moita e disse que, no âmbito das comissões da Assembleia Municipal, podem os membros da Assembleia Municipal, através da comissão que tem a área do associativismo, colher mais informação, não só desta associação mas de muitas outras.

A nível pessoal disse que conhece pais com filhos com problemáticas de doença raríssima que, não estando ali como internos, têm ali um apoio técnico especializado que os ajuda em muito, e que são pessoas que residem no concelho da Moita.

Obviamente que, por todas estas e outras razões, também a própria está no sentido de votar a favor esta proposta e regozija-se pelo facto de vir aqui este ponto.

Porque não tinha verificado se mais alguém se tinha inscrito sobre este ponto deu a possibilidade agora e informou que tinha mais uma intervenção do Sr. Carlos Albino, tendo encerrado as intervenções.

Sr. Carlos Albino do PS

Disse que apenas queria clarificar que o PS conhece a instituição e que os membros do Partido Socialista conhecem a instituição porque, pelo que ouviu, ficou aqui no ar que poderiam ou não conhecer essa instituição que, de facto, conhecem.

Srª Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

Para clarificar, informou que, ao nível da Mesa, alguém tinha solicitado mais conhecimento e que a Câmara, até em posteriores reuniões da Assembleia Municipal, viesse a apresentar um conhecimento mais aprofundado da Raríssimas e que foi, de facto, alguém da bancada do PS.

Postas todas estas questões, e porque pensa que não foram colocadas questões no sentido de serem respondidas pelo Sr. Presidente da Câmara, colocou a proposta a votação.

Submetida a **proposta** a votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade** com vinte e nove votos a favor, sendo dezoito da CDU, sete do PS, dois do BE, dois do PSD.

6 – Atos da Câmara

Srª Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

Perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia fazer uma apresentação e disse aos membros da Assembleia Municipal que agradecia que fizessem as suas inscrições durante esta apresentação.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Começou por dizer que não iria detalhar aquilo que está reproduzido no relatório que foi apresentado e que, como habitualmente, é um relatório extenso, detalhado, porque entendem que é assim que ele deve ser porque, independentemente do facto de cada uma das pessoas que a ele têm acesso olharem mais ou menos para uma ou outra área, ou para a sua globalidade, ou não olharem sequer, é informação que fica, que está disponibilizada, que está transparente e entendem que é esse o seu dever.

No entanto, até porque este período de verão é recheado de ações das autarquias e do município, em particular, quis realçar um aspeto que já foi referido hoje aqui pelo Sr. Presidente da União das Freguesias do Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos, que é a realização das festas populares porque as festas que decorreram no nosso concelho, em todas as freguesias, são uma expressão muito intensa do dinamismo, da alegria, da forma como as gentes do nosso concelho vivem as suas terras e vivem as suas tradições, e isso acha que é sempre de destacar e de realçar.

São momentos importantes, importantes por aquilo que é uma festa, pelo que ela representa de reforço da coesão das comunidades, mas também importantes por aquilo que elas representam de incentivo às atividades económicas, muito em particular ao pequeno comércio, por aquilo que elas representam de atração de visitantes e de promoção do município.

Nas diversas freguesias com a tutela direta das juntas de freguesia, na Moita com o acompanhamento direto por parte da Câmara Municipal, mas sempre, em todos os casos, com a existência de comissões de festas, as festas decorreram e pensa que todas elas foram um grande sucesso, nas suas dimensões relativas, naturalmente que não têm todas a mesma dimensão, não têm todas as mesmas vertentes, mas cada uma delas é, na sua comunidade, no sítio onde se realiza, muito importante.

Portanto, deixou aqui ficar uma saudação e um agradecimento por parte da Câmara Municipal a todos os que se empenham na organização e na realização das festas. É-lhes devido um forte reconhecimento porque organizar festas populares dá muito trabalho, é preciso amor à sua terra para o fazer, pelo que as pessoas que o fazem e que se disponibilizam a isso merecem a sua homenagem.

Do ponto de vista daquelas que foram as ações da Câmara Municipal durante este período, quis realçar alguns aspetos que são relevantes, tendo referido a conclusão da obra de construção de um novo edifício na EB nº2 do Bairro Gouveia, em Alhos Vedros, que foi um investimento importante porque não só se construiu um novo edifício como se reabilitou o edifício antigo e o parque infantil anexo, portanto houve ali um conjunto de ações que dotaram aquela escola de condições muito boas e muito superiores às que tinha anteriormente para o seu funcionamento. É uma obra que para o executivo tem um significado muito importante porque representa o ultrapassar de um período muito difícil, de grande debilidade da capacidade de investimento da Câmara Municipal, que não lhes permitiu dar resposta designadamente a esta mas também a outras necessidades, naqueles anos mais negros da austeridade em Portugal, que tiveram impactos terríveis também nos municípios, e no nosso em particular.

Portanto, o ultrapassar dessa situação permite-lhes voltar hoje a estar a fazer investimentos, a estar a cumprir os objetivos que traçaram no início do mandato e estar a dar resposta, e é isso o fundamental, às necessidades das populações, designadamente, na área da educação que é uma área que lhes merece, sempre, uma priorização muito relevante e a prová-lo está não só o terem feito esta intervenção como o é o facto de todos os anos fazerem intervenções de melhoramentos em todas as escolas e, sobretudo, aquilo que é diferente que é estarem a iniciar um ciclo de intervenções em escolas do 1º ciclo, sendo que este ano já houve uma primeira intervenção de renovação das coberturas e dos telheiros na escola do Palheiro, que se seguirá com intervenções duplas em que num ano a intervenção será de substituição das coberturas e, no outro ano, a intervenção será de arranjos nos espaços exteriores, que vão percorrer quatro escolas do nosso concelho, que são aquelas que neste momento estão a necessitar dessa intervenção, e que são, para além da escola do Palheiro, a escola nº2 da Moita, a escola nº5 da Baixa da Banheira e a escola nº1 do Vale da Amoreira.

Irão ainda, e também é um compromisso que assumiram com a escola nº1 da Moita e a direção do Agrupamento Fragata do Tejo, no ano que vem, construir uma nova sala para alojar a biblioteca da escola básica nº1 que, este ano, teve que ser transferida do local onde se encontrava devido à necessidade de utilizar aquela sala com uma turma em horário normal.

Assinalou ainda que chegaram ao termo as intervenções, as intensas e extensas intervenções, de complemento, de conclusão das redes de saneamento do nosso concelho no Cabeço Verde e no Penteadado, que são obras de saneamento e é esse o seu motivo principal mas que, naturalmente, trazem associada uma melhoria muito significativa nas condições de vida daqueles bairros porque, depois do saneamento, veio também a renovação das redes de água que aproveitaram para fazer e veio, sobretudo, a repavimentação e, nalguns casos, pela primeira vez a pavimentação, dos arruamentos ali existentes, portanto, aqueles bairros têm, a partir de agora, melhores condições de vida para os seus habitantes.

São investimentos muito significativos e quis também assinalar que avançaram para estes investimentos com os fundos municipais, portanto com fundos próprios, uma vez que não tinham, quando os iniciaram, qualquer suporte financeiro exterior ao município mas que os aproveitaram porque entenderam que esse também é o seu dever, estar atentos e procurar aproveitar ao máximo as possibilidades abertas no Portugal 2020, e obtiveram financiamento para a ampliação da escola básica, como já referiu, bem como já viram também aprovada uma candidatura com financiamento para a rede de saneamento do Penteadado. Está em análise, não está ainda decidida mas pensam que também irá ser aprovada, a candidatura para financiamento da obra do Cabeço Verde, bem como também estão em aprovação, e já têm parecer positivo da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, razão porque pensam que também irão obter aprovação, as candidaturas para as intervenções nas escolas que referiu anteriormente.

Quis ainda assinalar que também decorreram obras de pequena, ou de menor monta, porque pequena nem sempre é o caso, mas sendo obras de menor monta do ponto de vista financeiro são obras também sempre muito sentidas e muito reivindicadas pelas populações, em que intervieram, designadamente, na freguesia da Moita, também nas outras freguesias mas, este ano, foi onde se verificou a extensão maior, no asfaltamento de diversos arruamentos, de diversas vias, também num processo que só há dois anos puderam retomar, depois de o terem interrompido naquele período que já referiu de maiores dificuldades financeiras.

Portanto, estão a seguir um programa de repavimentação de arruamentos, dando prioridade, e também já referiu isto mas nunca é demais explicar, que a regra é dar prioridade segundo dois critérios que são uma distribuição o mais equilibrada possível entre as diversas freguesias... (não foi possível concluir esta parte da intervenção porque coincidiu com a mudança da 2ª cassete para a 3ª cassete de gravação).

Colocado o relatório à discussão intervieram os seguintes membros:

Representante Legal da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, Srª Eli Rodrigues

Veio, como representante de Alhos Vedros e como membro da bancada da CDU, congratular-se por uma coisa que aconteceu nestes meses e que acharam que foi muito importante para a freguesia de Alhos Vedros, e não só, também para a freguesia da Baixa da Banheira, que foi a luta que a Câmara conseguiu em relação aos TCB, que foi bastante bom para os seus fregueses que ficaram bastante contentes, e porque nunca esperaram que os autocarros andassem tão cheios quanto andam. Foi um orgulho muito grande por a Câmara ter conseguido, foi uma luta difícil, foi uma batalha difícil com os TST mas conseguiu-o, pelo que estão muito orgulhosos e muito contentes por terem facilitado a vida aos seus fregueses.

Quis ainda falar numa coisa que para a sua freguesia foi muito importante, e que já foi referido pelo Presidente da Câmara, que é a escola do Bairro Gouveia que, como já aqui foi dito, foi uma escola que passou muitos anos tempos muito difíceis em que as crianças almoçavam num contentor, em condições que eram as possíveis para a altura, e que foram viáveis durante muitos anos, e em que havia turmas a ter aulas dentro de contentores, que também era o possível na altura, porque não havia verbas mas, entretanto, e sem a ajuda do Estado, a Câmara disponibilizou verbas para construir o alargamento desta escola.

Esclareceu ainda que esta escola serve não só o Bairro Gouveia mas também a Vila Verde, a Vila Rosa e o Bairro Rio de Paus, uma vez que esta foi a zona de Alhos Vedros que mais cresceu, é a zona de Alhos Vedros que tem mais população jovem e o que acontecia é que as crianças estavam todas em horários duplos o que era muito complicado, mas esses pais sempre compreenderam e foram aguentando até hoje. Os pais foram ao dia da visita e foi muito gratificante, para a junta de freguesia e acha que também para a vereação, ver que os pais estavam muito contentes e a satisfação que eles mostraram ao verem que tem ótimas instalações e que, finalmente, vão para uma escola com ótimas instalações, com uma cozinha digna, uma sala digna, uma pré digna, tudo digno.

Mais referiu que, para além do edifício novo, a Câmara arranjou todo o edifício antigo, desde o telhado à pintura exterior e interior, foi todo arranjado, estando também ele digno para quem tiver lá aulas.

Sr. Fabricio Pereira do PS

Quis agradecer publicamente, ao tal executivo camarário, a disponibilidade, o acompanhamento e o empenho que foi dado à situação ocorrida no Agrupamento Fragata do Tejo e que permitiu, à sua filha e a todos os seus colegas do quarto ano, permanecerem a frequência desse ano letivo na escola básica nº1, pelo que transmitiu o seu muito obrigado.

Na segunda parte da sua intervenção, e dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, disse que trazia uma situação que a maioria dos presentes vive, tendo efetuado uma leitura de acordo com a transcrição infra: "No Moinho de Maré de Alhos Vedros, no dia 4 de dezembro do ano passado, esta Assembleia iniciou uma ronda de vários reconhecimentos de interesse público de uma série de empresas agropecuárias de produção leiteira.

Não descurando a importância económica destas explorações, tanto no âmbito local como nacional, na qual penso que todos estejamos em consonância, foi o Partido Socialista deparado com a falta de informação técnico-ambiental e de relevância comum a toda a população, tendo que, por estes factos, e apenas por estes factos, foi como que obrigado a se abster na votação.

Não tardou, tive oportunidade de ver na comunicação social o PCP/CDU acusar o Partido Socialista que, pelo facto de se ter abster, teria de ser considerado um oponente a estas empresas, mas isto não corresponde à total realidade.

Sr. Presidente, na madrugada do passado dia treze de setembro caiu uma forte chuva na região. Em consequência a vala real escoou as suas águas provenientes dos campos situados a seu montante.

A meio do dia treze, terça-feira, vergonhosamente, em plena festa, a zona da Caldeira e do Cais da Moita tornou-se numa fossa a céu aberto, água castanha, resultante de uma mistura homogénea de fezes e urinas. E, a provar este contexto, tivemos a típica espuma de sinais de poluição que é produzida em ETAR's.

Sr. Presidente, para terminar esta minha intervenção e perante uma situação desta natureza, deixo três perguntas:

1ª - Que fiscalização é ou foi efetuada por parte da Câmara Municipal às ligações ilegais existentes e ligadas ao escoamento das águas pluviais?

2ª - Que dados ou levantamentos técnicos existem no concelho acerca de encaminhamento e tratamento de efluentes implementados nas diversas empresas locais?

3ª – O que pensa que poderá acontecer às águas e aos seres vivos na Caldeira e Cais quando começarem a cair as chuvas típicas da época que se avizinha?”

Sr. José Moura do PS

Disse que gostava de colocar duas situações à Câmara Municipal que têm a ver exatamente com a localidade onde estão, sendo que há pouco houve uma munícipe que falou numa questão dos ecopontos e da sua proximidade às zonas habitacionais e o transtorno que isso pode trazer, pelo que o seu apelo é precisamente nesse sentido uma vez que se tem verificado, nos últimos tempos, atos de vandalismo com os ecopontos, nomeadamente com os vidrões. Pensa que, embora os ecopontos não sejam diretamente da responsabilidade da Câmara Municipal, deve haver o cuidado de não os aproximar em demasia da área residencial, sempre que possível é claro, porque se for uma zona densamente urbanizada é difícil, mas sempre que possível não os juntar às habitações, pelas várias razões de salubridade, de higiene e também de vandalismo, porque tem sido uns atrás dos outros.

Quanto à segunda questão disse que é notória porque na estrada municipal que liga a Moita ao Gaio e ao Rosário a iluminação é insuficiente, sendo que também aqui a responsabilidade será da operadora elétrica, mas pensa que é a Câmara Municipal que deverá, em primeira mão, alertar para essa situação uma vez que toda a ciclovía que liga a Moita ao Gaio e ao Rosário tem uma iluminação insuficiente, é amplamente utilizada e agora, com a aproximação do horário de inverno, ela será utilizada essencialmente de noite.

Disse ainda saber que há aqui um problema com a iluminação por causa da passarada no estuário do Tejo, em que a iluminação tem que cumprir alguns requisitos mas, mesmo assim, nota-se que há uma iluminação muito insuficiente.

Terminou agradecendo ao Beira Mar por ter cedido estas instalações para a realização desta sessão.

Srª Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

Antes de dar a palavra ao elemento seguinte que está inscrito, pediu permissão para dizer que a partir de agora estão inscritos Dulce Marques, Filomena Ventura, Luis Morgado, Luis Chula, Carlos Albino, Staline Rodrigues, Nuno Cavaco, Miguel Jorge e informou que encerraram os pedidos de intervenção neste ponto da ordem de trabalhos.

Mais agradeceu a capacidade de todos de síntese na colocação das questões que têm a colocar, sendo que já são vinte e três e trinta.

Srª Dulce Marques do PS

Começou por dizer que esta sua intervenção não é propriamente uma crítica, mas sim uma questão que quer colocar, uma dúvida, porque se deslocou há pouco tempo à Piscina Municipal e deparou-se com o facto de ter sido colocado asfalto naquela zona de estacionamento ao lado o que, de imediato, a deixou contente porque assim acabava o pó e a lama, mas depois colocou-se-lhe uma questão porque, em termos ambientais e em termos europeus, tem sido aconselhado e existem vários estudos, e daí a sua questão, que desaconselham a colocação de asfalto e de outros produtos que impermeabilizam o solo em locais de estacionamento, ou similares.

Têm-se levantado questões a nível estético, uma vez que provoca a degradação da paisagem, altera a qualidade de vida das populações e, por outro lado, no que respeita às águas pluviais, impede a sua absorção pelo solo, entre outras questões porque os estudos são muitos, porque impede que aqueles pequenos elementos de poluição sejam absorvidos pelo terreno que vão diretamente para as águas subterrâneas, o que depois aumenta a necessidade de tratamento dessas águas.

Questionou então o que é que leva a Câmara, e está a falar deste município, a manter ainda a política de colocar asfalto naquelas zonas, tendo reiterado que se trata de uma dúvida porque pode haver uma justificação técnica, quando existem alternativas que a própria não só pesquisou como já verificou noutros municípios, como por exemplo relva com gravilha, grelhas de arrelvamento de plástico, grelhas de arrelvamento de concreto, superfícies de macadame, pavimentos de concreto permeável ou asfalto poroso, que são uma série de situações que permitem não só, a nível estético, criar uma solução mais harmoniosa como impedem as cheias e permitem esta limpeza destes pequenos elementos de poluição.

No entanto, poderá haver alguma justificação técnica para isso pelo que queria saber se existe e queria que encarasse esta sua questão como uma dúvida e, eventualmente, como uma proposta, porque é que a Câmara não tem seguido esta alternativa, porque não é só esta situação, esta foi há dois ou três dias, e se há alguma justificação para não seguirem este tipo de orientação a nível europeu.

Srª Filomena Ventura do PS

Disse que no início deste mês de setembro foi contactada, numa sexta-feira ao final da tarde, por uma empresa de sondagens que se apresentou como “Consulmark” e fizeram uma sondagem sobre o nosso município, se a própria era munícipe e o que é que achava de há cinco anos para trás sobre a atitude do executivo camarário em diversos aspetos.

Como é óbvio, dispôs-se a responder e depois quis saber quem é que tinha encomendado a sondagem, sendo que a supervisora de quem estava a fazer o trabalho de *call center* lhe disse que a Consumark era uma empresa que, naturalmente, fazia esses estudos, pelo que a sua pergunta é se foi encomendada pela Câmara Municipal da Moita essa sondagem. É uma pergunta muito pequenina.

Sr. Luis Morgado do BE

Fazendo um uso positivo do estatuto da oposição disse que partilha e se regozija por muitas informações de trabalho concretizado e de implicações importantes na boa vivência da população, feitas pelo Sr. Presidente da Câmara, destacando, naturalmente, duas que são tremendamente evidentes que são a escola do Bairro Gouveia, em Alhos Vedros, e também o saneamento básico, nomeadamente, em relação ao Penteado, bem como outras que disse com que, naturalmente, qualquer um desta Assembleia se regozija, porque o que todos pretendem é que o trabalho seja feito e que se concretizem todos os dias cada vez mais passos para o bem-estar da população.

Também partilha do regozijo, e pensa que todos partilham por essa ideia, em relação às festas populares do nosso concelho, e não apenas às festas da Moita, apesar de estas terem a dimensão que têm, porque pensa que o balanço foi bom e aqueles casos que, vai na volta, surgem este ano até não foram muito pesados ou, pelo menos, na imprensa não tiveram o vigor negativo que em outros anos, nalguns casos, tiveram, as coisas correram bem.

Exatamente por via disto das festas, nomeadamente, das festas da Moita, e porque de um ato da Câmara se trata, disse que hoje trouxe um documento que escreveu apenas para registo da Assembleia Municipal da Moita, que não é para discutir sequer mas como membro desta Assembleia, e até o abriu à assinatura de outros membros, se o quiserem, antes de o entregar na Mesa para que fique em ata, sendo que se trata de uma questão que para si é pertinente e que, naturalmente, para este órgão também deve ser, cuja transcrição segue infra:

“I – Para que fique registado que neste órgão autárquico Assembleia Municipal, está adquirido que a liberdade de consciência, de religião e de culto, descrita no artigo 41º da Constituição emana da laicidade do estado que a mesma determina como limite material a qualquer revisão no artigo 288º, alínea c).

II – Servindo o presente escrito para lembrar que a Lei nº66-B/2012, que à imagem da Constituição, regulamenta a liberdade religiosa e que no seu artigo 4º define o princípio da não confessionalidade dos órgãos de Estado, determinando que nos atos oficiais e inerentes protocolos, tal princípio terá que ser respeitado.

III – Esta referência surge hoje aqui, pelo facto de há alguns anos a esta parte, a Autarquia fazer-se representar institucionalmente pelo Presidente da Câmara, Vereadores e Presidente da Assembleia Municipal junto do acesso ao edifício, sede do município, enquanto decorre a tradicional procissão nas festas em Honra de Nª Sª da Boa Viagem.

IV – Institucionalmente, o respeito pela religião não deve confundir-se com o respeito pela tradição; pois se num caso a separação da Igreja da Autarquia tem de estar garantida, no outro, é dever da Câmara conceder o apoio logístico, como sempre faz a esta e a outras vertentes tradicionais que integram e estruturam as tradicionais festividades.

V – Só deste modo se evidencia o respeito por esta tradição concreta, a procissão em honra de Nª Sª da Boa Viagem, a qual resulta de um consenso pacífico que perdura nesta comunidade, onde por certo coexistem não crentes e crentes de outras religiões. Ao invés, confundir e aligeirar tais preceitos na ilusão de agradar a maiorias, contém o risco de quebrar o consenso que sempre existiu.

Pois como alguém um dia disse e escreveu, «não há “respeito institucional” que justifique o desrespeito inconstitucional da laicidade do estado.»

Concluiu dizendo que assinou este documento bem como o seu companheiro António Chora e reiterou que estava aberto, caso mais alguém quisesse assinar antes de o entregar na Mesa.

Sr. Luis Chula do PS

Disse querer questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre o facto de, na última Assembleia Municipal, ter sido, na parte final, introduzido e entregue à Mesa um requerimento que solicitava a resposta sobre os investimentos que a Câmara iria fazer e que o Sr. Presidente, nessa mesma sessão, tinha desenvolvido e discutido, relativamente ao programa Portugal 2020 e também com a sigla PEDU porque, para sua surpresa, durante o período do festa quando foi distribuído o Boletim Municipal verificou que nele constava a descrição pontual, ponto a ponto, dessa mesma questão que tinham colocado por requerimento e ao qual ainda não tinha sido entregue, nesse momento, a resposta.

O que acontece é que têm aqui uma situação que pode ser entendida como, de alguma forma, um desrespeito pelo direito da oposição na medida em que sai primeiro no Boletim Municipal e só depois é que a resposta chega aos membros que a solicitaram, o que ocorreu no dia catorze de setembro quando o boletim Municipal começou a circular antes, razão porque quis fazer este reparo uma vez que, do ponto de vista do respeito, julga que deve ser tido em consideração para com os membros que colocam perguntas à Câmara.

A outra questão que também queria colocar tem a ver com um assunto que é bastante recorrente e que se prende com a questão da praga de pombos que assola, sobretudo, a Moita, porque gostaria de saber o ponto de situação relativamente a informações anteriores a iguais perguntas aqui nesta Assembleia Municipal, quer do público, quer colocadas pela bancada do PS, de que a Câmara estava a investigar um método que pudesse colmatar o problema, que inclusive estaria em contato com outras câmaras municipais no sentido de perceber qual tinha sido a forma como tinham combatido igual problema, porque a verdade é que a praga multiplica-se e daí gostar de obter essa resposta.

Sr Carlos Albino do PS

Começou por dizer que vai tentar utilizar a sua capacidade de síntese para não alongar mais os trabalhos e que tem apenas algumas questões.

Relativamente à União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, em particular a antiga freguesia do Vale da Amoreira, que esperam que um dia volte a ser freguesia novamente, disse que no percurso da Av. José Almada Negreiros em direção ao Centro de Experimentação Artística e seguindo essa estrada até à ligação ao Barreiro, o que notam é que na última rotunda a vegetação não é cortada. A partir de um determinado ponto da Avenida, próximo das instalações do CRIVA, a partir daí para cima, quando termina o Bairro Fundo Fomento, a vegetação não é cortada, está há tempos e tempos votada ao abandono, os técnicos e os funcionários da autarquia vão lá, fazem o seu trabalho mas existe uma linha que não é ultrapassada e gostaria de saber qual é o motivo dessa situação.

Verifica-se também que não existe iluminação a partir desse troço, as luzes estão apagadas e, como a vegetação está alta, não existem passeios e as pessoas são obrigadas a deslocarem-se pela estrada durante o dia e durante a noite. Se de dia, embora não sendo desejável, o perigo é mais reduzido porque se vê facilmente as pessoas, durante a noite, como as pessoas não andam propriamente com coletes refletivos, é um risco enorme tanto para quem está a circular pela estrada como para quem vai a conduzir.

Mais questionou o executivo sobre o que é que tem sido feito às recomendações aprovadas aqui positivamente por todos, e que o PS tem apresentado, visto que existe um grande número delas que não têm sido levadas à prática. Gostaria de saber se existe alguma razão para isso, nomeadamente, o Dia M que foi aprovada mas não está concretizada, as transmissões das sessões *online*, a criação de um circuito de manutenção no Parque Zeca Afonso na Baixa da Banheira, bem como o facto dessa mesma proposta poder ser alargada a outros parques do nosso concelho, e isto só para, rapidamente, enumerar algumas questões.

Disse que tinha outro assunto para abordar mas como houve um apelo à sua capacidade de síntese, informou apenas que iria entregar um requerimento à Mesa.

Sr. Staline Rodrigues do PS

Disse que iria dar a sua opinião sobre algumas questões relacionadas com a sua terra e também relacionadas com o relatório de atividades.

Começou por referir uma opinião positiva que tem sobre a última festa da Moita porque mora na parte superior do parque e, ao longo de muitos anos, sentiu-se obrigado a ligar para a polícia para se lamentar e queixar do barulho existente, proveniente da festa, sendo que a resposta que recebia, quase sempre, é que estavam em festa e embora exista a lei do ruído durante a festa é a Câmara que é responsável pela festa e pelo barulho.

Também é verdade que, nestes últimos anos, vinha cá à baixa algumas vezes, nomeadamente, à Rua de S. Sebastião onde tem ainda um espaço, um velho armazém, arrendado claro, mas onde vai muito tempo, e foram várias as vezes em que, para regressar à sua casa, teve que ir à rotunda do Carvalhinho.

O que acontece é que este ano houve muito menos barulho, houve uma organização de mobilidade do trânsito que considera positiva e que foi completamente diferente de muitos anos passados, e daí estar a relevar isso.

Relativamente ao relatório composto por cento e vinte páginas disse que, na sua opinião, como já tem referido antes, há aqui uma imensidade de páginas que considera mesmo que são palha, mas enfim, é a sua opinião, cada um tem a sua opinião e o próprio também tem a sua.

Analisando a parte respeitante à administração urbanística, que está nas páginas 35 e 36, o que se verifica é que, relativamente ao futuro do concelho há algo que os preocupa, e também o preocupa a si como com certeza preocupa a Câmara, porque o que se verifica nesta área da administração urbanística, que define normalmente o futuro de um concelho, é que, quando se pega por exemplo num processo de obras e também já tinha verificado isto nas sessões anteriores quando se trata dos atos da Câmara, existe um número acentuado de licenças mas para campas, e daí ter deixado a pergunta ao Sr. Presidente se esta licença para campas é paga.

Relativamente à unidade de fogos licenciados o que têm aqui para comércio é uma unidade e para indústria zero unidades e, no que diz respeito a loteamentos, têm quatro componentes que são o processo de loteamento, a AUGI, os alvarás de loteamento emitidos e os pedidos de viabilidade de loteamentos que correspondem a quatro zeros, e aqui está também patente a sua preocupação porque gostaria de ver o seu concelho com perspetivas de futuro, nomeadamente, nesta área, o que não se verifica e que é preocupante.

No que concerne à outra situação, que já referiu aqui mais do que uma vez e que denota a fragilidade económica da Câmara, porque só pode ver assim, é a enormidade de passadeiras que estão na parte central da Moita, na Rua S. Sebastião, na Avenida, por todo o lado, em que só lá estão as placas porque as passadeiras não existem. Ora, o que perspectiva, como tem sido verificado ao longo de muitos anos no período eleitoral, na véspera de eleições, é que, normalmente, o que a Câmara tem feito, é retocar aquilo que ao longo dos anos não verifica, mas verifica-se então nas vésperas das eleições. Espera bem que isso não aconteça porque as passadeiras são necessárias e por isso é que elas lá deviam estar.

Também já verificou o programa do PEDU, Portugal 2020, e há ali algumas questões que podia considerar com uma opinião crítica mas não o vai fazer, mas quis fazer referência a uma das componentes que tem a ver com o Parque Municipal. Aquele parque foi determinado ainda pela Comissão Administrativa e dói-lhe muito passar por ali e verificar que uma zona substancial do parque, que é exatamente na proximidade da Avenida Humberto Delgado, há seis anos que está em poiso, portanto, espera muito bem que agora, com este dinheiro com que vão ser beneficiados pela comunidade europeia, naquela zona do parque, e mais do que isso, a própria reflorestação se possa verificar no concelho da Moita, não só no parque como noutras zonas onde as árvores têm sido muito mal tratadas.

Relativamente à questão colocada sobre a escorrência de detritos na Caldeira, e para conhecimento da própria Câmara e da Assembleia, informou que o projeto da própria conversão da ETAR já existia antes do 25 de Abril, que a própria Câmara fascista tinha esse projeto, sendo que a ETAR foi construída trinta anos depois e é um benefício enormíssimo para o nosso concelho. Estão a sentir os benefícios disso, com o aparecimento constante dos bivalves que ali estão a aparecer, que é uma riqueza também do nosso concelho, e crê que o próprio Presidente José Luis Lopes Pereira tinha informado a população que seria feito um coletor ou um desvio...

Neste momento interrompeu a sua intervenção para, dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, dizer "não se esteja a rir", "estou a falar consigo a sério", "o senhor está-se a rir porquê?", "o senhor está a gostar da conversa?"

Sr^a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

“Ó Sr. Staline...”

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Diz algo mas não é perceptível.

Sr. Staline Rodrigues do PS

“Eu estou a falar consigo...”

Sr^a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

“Ó Sr. Staline...”

Sr. Staline Rodrigues do PS

“Eu estou a falar consigo e você está-se a rir”.

Sr^a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

“Ó Sr. Staline...”

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

“(...) tudo bem se se é a falar a sério está enganado...” – não é totalmente perceptível.

Sr^a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

“Ó Sr. Staline... Ó Sr. Presidente da Câmara Municipal... Agradeço que, independentemente, porque não sabe o que é que na Mesa as pessoas podem estar a falar ou não, continue a sua intervenção. E, já agora, eu apelei, eu apelei à capacidade de síntese e agradeço que fizesse as perguntas que tem a fazer e não entremos nesta situação.

Sr. Staline faça favor, continue as perguntas.”

Sr. Staline Rodrigues do PS

“Sr^a Presidente, eu benefício hoje do tempo que me resta, considerando a hora a que normalmente acabam as sessões. Eu estive em muitas sessões que acabaram às duas e meia da noite, de noite e durante a noite...”

Sr^a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

“Sr. Staline, eu peço-lhe desculpa. Aqui quem dirige a reunião é a Mesa da Assembleia Municipal e eu própria.”

Sr. Staline Rodrigues do PS

“Vou terminar...”

Sr^a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

“Nunca retirei a ninguém a palavra para colocar e pedi o apelo, o respeito também pelos outros, que estamos no fim de uma semana e que amanhã muitos podem até ter que se levantar cedo e ir trabalhar. Se a ordem de trabalhos é tão pequena pois que sejamos respeitosos também com os direitos de todos e ninguém lhe está a retirar nenhum direito. Coloque as perguntas e agradeço-lhe a capacidade de síntese. É tão simples como isto.”

Sr. Staline Rodrigues do PS

“A capacidade de síntese, como sabe, é diferente de indivíduo para indivíduo. Eu não tenho essa capacidade da S^a Presidente mas então vou terminar rapidamente com este problema.”

Retomou então a sua intervenção e disse que o que estava referido e projetado para a construção da ETAR era um coletor direto das indústrias automobilísticas de Palmela, que são muitas, e também para as unidades de suinicultura, portanto, o que lhe parece a si é que sem a solução deste problema, um coletor direto desde esta zona para a ETAR, o problema nunca mais vai ser resolvido, antes pelo contrário, vão ter sempre ali um depósito de matérias não desejáveis.

Por outro lado, referindo-se ao problema das águas do estuário em que há opiniões diversas sobre as mesmas, disse que já leu num ou dois jornais que as águas do estuário do Tejo não estão em boas condições para se tomar banho, enquanto o Sr. Presidente diz, num dos artigos, que a nossa zona está a ser bastante frequentada por banhistas, pelo que queria que o Sr. Presidente os clarificasse sobre qual a situação das águas do estuário, se corresponde àquilo que a Câmara diz ou àquilo que unidades, naturalmente nacionais, nos vêm dizendo.

Por último abordou a falta das atas porque há mais de um ano, se calhar, que não têm as atas e as suas intervenções, porque não tem computador, está desatualizado, são intervenções orais pelo que necessita saber aquilo que disse ao longo deste tempo.

Sr. Presidente da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Nuno Cavaco

Disse que ia tentar ser o mais breve possível e começou com o reconhecimento pelo trabalho que é o serviço público prestado pela Câmara Municipal da Moita, e não só a nível de Alhos Vedros como foi falado aqui na questão das escolas, mas tem orgulho, e conhece outros concelhos, tem muito orgulho de andar nas escolas do nosso concelho e ver o estado das escolas do nosso concelho. No nosso concelho as escolas estão muito boas, estão todas ou quase todas com condições dignas para os alunos poderem estudar, e não podem dizer o mesmo de outros concelhos.

Esteve em Lisboa, a convite de uma junta de freguesia, onde verificou situações que, felizmente, no nosso concelho não se verificam e ontem teve conhecimento que uma câmara aqui ao pé investe praticamente o mesmo que a junta de freguesia investe na reabilitação ou na recuperação dos edifícios. A Câmara da Moita não o faz, faz mais e, como munícipe e como presidente, tem que reconhecer este trabalho que é uma prioridade de todos e, portanto, excelente, não só com Alhos Vedros mas com todas as escolas ainda que, como foi dito, tenham mais trabalho a fazer e, felizmente, ainda vão conseguir melhorar um bocadinho.

Quis também dizer, e é uma consideração, que são tudo menos beneficiados pela comunidade europeia, tudo menos beneficiados, neste território onde estamos somos prejudicados com estes fundos que têm vindo a falar. Consideram-nos uma região rica na Europa, portanto temos direito a menos fundos do que outras, e não somos uma região tão rica, até somos uma região deprimida porque está em processo de desindustrialização e devia haver aqui outra atenção, que não depende da Câmara Municipal e também acha que não depende muito do Governo mas das regras que eles têm, mas a verdade e na verdade é que somos prejudicados.

Também quis ressaltar uma série de obras que têm vindo a ser feitas neste mandato desde colocação de equipamentos desportivos, desde intervenções em estrada, sabe que estão previstas outras e, que saiba, não houve eleições este ano, nem o ano passado, nem o outro ano, portanto, está também a Câmara Municipal de parabéns neste aspeto porque faz obra todos os anos, ao contrário do que aqui foi referido e está à vista de toda a gente.

Por último, e em posição muito confortável porque vai falar em nome da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira informou que, há dois dias, a referida Assembleia aprovou uma recomendação à Câmara Municipal, tendo na altura perguntado se queriam que fosse por escrito ou se podia ser feita verbalmente, até para conhecimento dos membros da Assembleia Municipal, tendo-lhe sido transmitido que deveria ser feita por via oral e que tem a ver com a questão do projeto, ou do estudo, que se está a fazer para a Rua 1^o de Maio, porque aquela Assembleia quer ser parte ativa, quer-se pronunciar, pelo que fez uma recomendação à Câmara para que assim que estiver numa parte mais avançada do estudo a consulte porque têm algumas ideias, querem participar e consideram que a sua participação e, obviamente, da junta de freguesia, é essencial para um bom projeto e também para uma boa execução das obras.

Pata terminar apresentou uma situação chata, uma coisa menos boa, que tem a ver com o estacionamento de veículos pesados na Rua Joaquim José Oliveira Afoito, perto da lavagem automática, porque o que está a acontecer é que há dois ou três motoristas de transportes públicos de passageiros que estacionam os autocarros em frente aos prédios ficando o tejadilho dos autocarros ao nível das varandas. É muito desagradável, as pessoas têm-se vindo a queixar, pelo que pediu à Câmara que visse isto com atenção, tendo sugerido, apesar de ser leigo no assunto, a marcação no pavimento de lugares individuais de estacionamento para veículos ligeiros ou um sinal de trânsito a inibir aquele estacionamento de pesados, porque aquilo está mesmo mau, gera medo, tapa as portas e as pessoas estão um bocadinho aflitas.

Sr. Miguel Jorge do PS

Disse que ia colocar uma questão sobre a intervenção que está prevista na Rua 1º de Maio que, de facto, é um eixo estruturante na vila da Baixa da Banheira e que como sabem tem vindo a ficar com reduzida atividade, também económica, à exceção dos estabelecimentos de restauração, cafés, sendo que esta reabilitação, que tem vindo a ser discutida, falada, por diversas vezes, poderia contribuir para essa mudança e para essa valorização do território da Baixa da Banheira, pelo que gostaria de saber quais são os prazos que neste momento estão a ocorrer para que se concretize esta reabilitação que já vem a ser falada há vários anos.

A segunda questão prende-se com o Parque das Laranjeiras porque existe ali um equipamento infantil há pouco mais de um ano e que infelizmente já foi vandalizado, sendo que também existe outra questão, relativamente a este espaço, que inibe a utilização pelas crianças dos vários estabelecimentos de ensino que ali existem, que é a inexistência de uma vedação que iniba a utilização por parte dos animais porque, infelizmente, também existe ali uma falta de civismo das pessoas que têm animais e outros que são animais errantes que por ali andam e que são menos controlados, sendo que, eventualmente, a colocação de uma vedação permitiria rentabilizar os recursos que ali foram investidos e que, obviamente, são sempre onerosos e é um investimento que é feito por parte da autarquia e que, obviamente, esta gostaria que fossem rentabilizados com a sua utilização pelo maior número de crianças.

A outra questão que pretende colocar, por se estar a aproximar o período de chuvas e havendo na Baixa da Banheira, com frequência, nalguns locais da vila, cheias, é como é que está a ser desenvolvido o plano de limpeza das sarjetas para permitir a minimização de eventuais pontos de cheias na Baixa da Banheira.

Srª Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

Para que os membros da Assembleia tomem conhecimento informou que o requerimento que foi apresentado pelo Sr. Carlos Albino ao Presidente da Assembleia Municipal vai, obviamente, ser remetido pela Mesa ao Presidente da Câmara Municipal. Aquilo que acha que deve fazer, já que foi entregue, e não irá obviamente ler os considerandos todos, é dar conhecimento das cinco perguntas que são:

- “1) Existe alguma definição escrita de procedimentos a adotar no que diz respeito à fiscalização e acompanhamento das condições de infraestruturas e equipamentos a cargo da autarquia?
- 2) Os serviços municipais respetivos têm listagens das infraestruturas e equipamentos municipais com o histórico das intervenções? De quais infraestruturas e equipamentos?
- 3) Em caso de ocorrências são abertos inquéritos para apuramento dos factos? Nos últimos 3 anos quantos inquéritos se verificaram e relativamente a que situações?
- 4) O Município contratualiza seguros de responsabilidade civil em que situações?
- 5) Quando se prevê a intervenção na passagem pedonal no parque José Afonso e na paragem situada na Av. José Almada Negreiros (figura 1)?”

Esclareceu que, por estarem nos Atos da Câmara, quis que todos os elementos soubessem quais são as perguntas que também, formalmente porque é um requerimento, vão ser remetidas por escrito à Câmara Municipal por parte da Mesa da Assembleia.

Por outro lado, quis ainda agradecer a todos a capacidade de síntese, pese embora este ponto ter-se iniciado às vinte e três horas com a intervenção do Sr. Presidente mas, a partir das vinte e três quinze, começaram as intervenções dos membros da Assembleia Municipal a colocar questões e são meia-noite e cinco o que significa que, em média, foram usados cerca de cinco minutos por cada um, alguns mais, outros menos, daí apresentar os seus agradecimentos em nome da Mesa.

Deu então a palavra ao Presidente da Câmara para poder dar resposta às questões colocadas.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rui Garcia

Começou por dizer que também iria tentar fazer uso da sua capacidade de síntese mas, como a Sr^a Presidente reconhecerá, são muitas questões pelo que não será muito fácil.

Em primeiro lugar quis fazer uma referência ao início da circulação dos Transportes Coletivos do Barreiro (TCB) passando, neste momento, por três freguesias para dizer que isto, de facto, do ponto de vista da Câmara, é um progresso muito significativo na mobilidade disponível para os nossos cidadãos mas é um percurso que tem sido, como sabem, difícil e que tem sido objeto de um combate acirrado por parte do operador de transportes públicos que temos na nossa região, e que é monopolista dos transportes coletivos de passageiros regulares, que são os TST. As ações em tribunal permanecem, portanto, o tribunal não deu provimento aos pedidos de suspensão através das providências cautelares, mas as ações principais prosseguem pelo que não é um assunto que esteja já completamente ultrapassado.

Por outro lado, como já teve oportunidade de dizer mas quis reafirmar aqui, este é um primeiro passo e é um primeiro passo que é imprescindível que resulte numa vitória para o nosso município porque, se assim acontecer, poderão dar outros passos. Se, por infortúnio de todos, assim não acontecesse significaria que iriam continuar amarrados a uma empresa que põe e dispõe como quer dos transportes que oferece às nossas populações, e que tem por único e exclusivo objetivo o lucro e, portanto, tudo aquilo que não é lucrativo, segundo os critérios que eles têm, não é para fazer e por isso eles têm reduzido frequências de transportes, têm reduzido carreiras, enfim, arbitrariamente e sem qualquer controlo de ninguém, objetivamente sem controlo de ninguém.

Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Fabrício Pereira, uma mais geral e uma mais concreta, disse que aquilo que a Câmara Municipal, a nossa e outras, foram chamadas a fazer naquele processo de declaração do interesse municipal, não foi licenciar atividades, não foi fiscalizar atividades, não foi analisar projetos para verificar se todos os requisitos para o exercício da atividade estão feitos, até porque essa competência não é das câmaras, aquilo que os municípios foram chamados a dizer é se querem ou não querem ter, no seu concelho, estas atividades económicas, se acham ou não acham importante para o seu concelho ter estas atividades económicas e a resposta de uns e outros foi a que foi.

Portanto, é tão só isto, porque o licenciamento da atividade, designadamente nas atividades pecuárias, tem caminhos próprios, é uma atividade licenciada pela Direção Geral de Agricultura e Pescas, é uma atividade fiscalizada pela Direção Geral de Veterinária e pela Inspeção Geral do Ambiente, logo a fiscalização e o obrigar ao cumprimento dos requisitos necessários, do ponto de vista ambiental, do ponto de vista do bem-estar animal, do ponto de vista do tratamento das carnes, dos produtos e do leite que é produzido não é uma competência municipal, nem aqui nem noutro sítio nenhum. Não é uma competência municipal como, aliás, não é competência municipal o licenciamento de uma fábrica, por exemplo, porque em qualquer fábrica aqui existente o que a Câmara Municipal faz é licenciar é o edifício, tudo o resto da atividade não é competência municipal o seu licenciamento e, em muitos aspetos, também não o é a sua fiscalização.

Dito isto, sobre a situação que ocorreu, disse que os preocupa, que acham inadmissível e que sempre que detetam situações de despejos ilegais de efluentes, seja de vacarias seja de outra origem qualquer, para as linhas de água do concelho, normalmente, o procedimento é chamar a Brigada do Ambiente da Guarda Nacional Republicana que intervém, ainda que acompanhada pela nossa fiscalização, mas é esta equipa especial da GNR que tem uma ação, e aliás, uma ação bem-feita porque, do ponto de vista da Câmara, são rápidos a responder. Agora, o problema é que estas coisas, como todos imaginam, são praticadas de forma a serem dificilmente detetáveis e dificilmente detetada a origem, mas a nossa fiscalização acompanha e sempre que deteta alguma situação irregular atua da forma que referiu.

Quanto às outras questões colocadas, como disse, os levantamentos técnicos não são analisados nem analisáveis pelo município e aquilo que acompanham, e que acompanharam ao longo de alguns anos, foi o trabalho que se fez na região com a Simarsul para encontrar soluções para o tratamento dos efluentes das pecuárias, designadamente das suiniculturas e das próprias vacarias. Existem diversos problemas associados ao tratamento destes efluentes e existiu a necessidade de se encontrarem soluções e as soluções não passam, porque tecnicamente e financeiramente não é viável, por construir coletores a ligar a cada uma das pecuárias da região, isso é uma coisa inimaginável.

Portanto, aquilo que é exigido, do ponto de vista ambiental, é que em cada instalação pecuária haja uma zona de depósito e de pré-tratamento, de oxigenação, e depois os efluentes são transportados através de cisternas para os locais de tratamento final que são as ETAR da Simarsul. É portanto isso que deve acontecer, manifestamente nem sempre é isso que acontece e, quando assim não acontece, há que tomar as medidas e as fiscalizações, todas as que intervém, também a própria fiscalização da Autoridade do

Ambiente, portanto, há diversas entidades que podem intervir na fiscalização das má práticas ambientais, das infrações ambientais.

Sobre as condições da água na Caldeira disse que aquilo que consideram é que a mesma tem, em geral, uma condição da água aceitável, significativamente melhor do que já foi em tempos, como é manifesto e como é, aliás, visível na fauna que atualmente a habita e que antes não acontecia. Estas situações são, felizmente, esporádicas mas não deviam era acontecer nunca e o que procurarão sempre fazer é descobrir-lhes a origem e intervir para que não volte a acontecer para que a água da Caldeira mantenha condições aceitáveis.

Já agora, saltando algumas questões mas ligando aqui à qualidade da água do estuário disse que é manifesto, aliás, é observável a olho nu, que a água do estuário do Tejo, na generalidade, melhorou significativamente desde que existem as estações de tratamento, e não se trata só da nossa porque se fossemos só nós o problema nem chegava a ser problema, o problema era toda uma área com dois milhões de habitantes onde não havia quase tratamento nenhum porque, quer na margem norte, quer na margem sul, há quinze anos atrás a percentagem de efluentes tratados era mínima e agora é o contrário, a percentagem que não é tratada é que é mínima e ainda bem, isto foi um salto ambiental, diria mesmo que foi um salto civilizacional enorme.

A água do estuário não está ainda em condições perfeitas, quer porque existe um passivo ambiental que está lá, está nas lamas, portanto existe um passivo ambiental, quer porque existem ainda efluentes, sobretudo de origem industrial, com os quais se misturam alguns de origem doméstica que não estão tratados e, o caso mais paradigmático disso, e que mais diretamente nos afeta, é atualmente a Baía Tejo, mais conhecido como Quimiparque, porque o parque industrial da Quimiparque não está ligado à ETAR que fica ali a dez metros, não está ligado, portanto, todos os efluentes da Quimiparque são deitados diretamente para o Tejo sem tratamento.

Isto é uma situação que já foi apresentada ao atual Governo, no âmbito da Associação de Municípios da Região de Setúbal, como pivô das conversações que têm existido entre os municípios da região e o Ministério do Ambiente, para um processo de reversão da fusão das empresas de águas que, como sabem, o Governo já anunciou que vai reverter, sendo que vai deixar de existir aquela monstruosidade que é a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, que agrupou todos os sistemas daqui até Castelo Branco, e vai ser reconstruída uma empresa multimunicipal, em princípio, para servir a nossa região, tal como existia antes a Simarsul. No âmbito dessas conversas que têm sido mantidas com o Sr. Secretário de Estado do Ambiente já foi apresentada esta questão e ele disse que ia intervir porque o Governo também tutela a Baía Tejo pelo que iam tomar medidas para a rápida resolução.

No âmbito do atual Governo foram já resolvidas outras situações em que a FISIFE, que também não estava ligada, o foi recentemente bem como as ligações da zona de Azeitão que também eram deitadas diretamente para o rio Coina, cuja situação já está ultrapassada, porque havia ali um problema com uma infraestrutura que estava construída mas faltavam licenciamentos, portanto, havia uma burocracia que empurrou, durante muitos meses, a concretização da ligação mas estão a ser dados passos, ainda que não esteja tudo resolvido.

O Instituto Português do Mar e da Atmosfera classifica a água do estuário, na generalidade, como classe C neste momento. Isto significa, designadamente, e a aplicação maior tem a ver com a captura de bivalves, que não podem ser capturados bivalves no Tejo para consumo imediato, portanto, os bivalves ali capturados deviam ser depurados e só depois entrar no circuito comercial. Agora, isto é uma classificação que tem este fim mas, da parte da Câmara, desde sempre, mesmo nos tempos piores, que se fazem análises regulares à qualidade da água na praia do Rosário e durante muitos anos a exceção eram as análises que davam a água razoável, boa nunca acontecia, razoável e já não era mau e quando a água se mantinha razoável já permitia que não houvesse riscos significativos para a saúde e a praia funcionava.

Atualmente, boa parte das análises já vem boa, às vezes razoável, porque, como disse, nem todos os problemas estão ainda resolvidos mas isso permite-lhes afirmar, com segurança, que as condições para frequentar a praia do Rosário são boas, não há riscos para a saúde, enfim, com as precauções de uma água de rio, porque engolir água ali não é recomendável, mas isso é ali como é em qualquer sítio de águas fluviais, de praias de águas fluviais...

(NOTA: Por ter coincido com a troca da 3ª cassete para a 4ª cassete áudio esta parte da intervenção não ficou gravada)

(...) é difícil de compreender, parece, e reiterou "parece" para que ninguém interprete mal, mas parece organizada, parece propositada, portanto isto não é por acaso que ardem, se calhar, neste momento, já foram algumas dezenas em dois concelhos, pelo menos, porque isto começou no Barreiro e veio por aí

fora, qualquer coisa se estará a passar que importava às autoridades conseguirem descobrir. Quanto à localização disse que é uma recomendação pertinente mas que nem sempre é praticável.

Relativamente à questão da iluminação na via ciclável disse que, de facto, é um problema onde não irão intervir, a não ser, eventualmente, algum reforço das luminárias existentes, no âmbito até da substituição que vai, progressivamente, ser feita por lâmpadas mais eficientes, mais modernas e que têm também melhor rendimento, mas é uma zona de reserva ecológica, uma zona de estuário, que necessita de ter alguma reserva na sua utilização e diria até que não era avisado da nossa parte promover condições para que durante a noite houvesse ali mais frequência e mais presenças e outro tipo de utilizações, se calhar, mais daninhas.

Sobre a questão do estacionamento disse que tudo tem que ser relativizado em função do sítio de que estão a falar, porque estão a falar de um sítio que tem área verde e área não pavimentada abundante a toda a volta, estão a falar de um sítio que é uma zona urbana típica mas, apesar de ser zona urbana, tem uma linha de água em frente, tem uma zona ampla não pavimentada atrás da piscina, portanto, não há qualquer dano perceptível para o ambiente de se asfaltar uma área de cinquenta ou sessenta metros quadrados.

Estão a falar de uma zona urbana e estão a falar que aquilo foi feito para obviar às queixas das pessoas e esta solução é a que responde melhor a isso, às pessoas que estacionavam os carros e levavam lama nos pés, que entravam na piscina com lama e se queixavam do acesso ali ser mau, portanto, isto só é solucionado através de um pavimento onde não haja lama e pôr grelhas de arrelvamento não contribuiria para ultrapassar esta situação. As preocupações ambientais e os materiais usados nas nossas zonas urbanas são visíveis, uma vez que têm extensíssimas áreas de calçada, têm áreas de grelhas de arrelvamento em diversos sítios mas, para cada sítio, em função da sua dimensão e daquilo que o rodeia, é que se procura a solução mais adequada.

Quanto ao estudo de opinião disse que foi encomendado pela Câmara e que visa perceber, naturalmente, a perceção das pessoas sobre a atividade municipal e, muito particularmente, também avaliar a penetração dos nossos meios de informação e de comunicação.

No que concerne ao Sr. Luis Morgado disse que começou com uma afirmação que acha curiosa, que não é para discutir e qualquer assunto que é apresentado aqui, naturalmente, é sempre para discutir, mas também não o irá discutir porque é uma opinião e é uma tomada de posição que respeita, naturalmente, e a este respeito só quis dizer que em nenhuma prática municipal alguma vez se põe em causa a laicidade do Estado.

Sobre o requerimento que o Sr. Luis Chula referiu informou que a resposta do Presidente da Assembleia Municipal para os partidos membros da Assembleia Municipal foi enviada no dia catorze de setembro mas a resposta da Câmara ao Sr. Presidente já tinha sido alguns dias antes, não tem consigo esses dados, mas foi alguns dias antes. Agora, uma coisa não tem a ver com outra, até poderia haver um distanciamento maior porque se o Boletim Municipal fosse publicado em agosto em vez de setembro teria sido um mês antes da resposta, uma coisa não tem a ver com a outra. Aquela é uma informação pública, um ato público da Câmara, do qual é dada expressão sintetizada porque, como veem, o que foi colocado no Boletim Municipal é uma síntese não é a informação total do pacto, do contrato assinado com a CCDR, como foi dada aos membros da Assembleia.

Quanto aos pombos disse que é uma situação para a qual não estão ainda em prática nenhuma medida, mantendo-se verdade aquilo que foi aqui dito há alguns meses de que estavam a ser avaliadas as soluções que o mercado oferece, designadamente, para uma espécie armadilhas e estão a ser não só avaliadas do ponto de vista da sua eventual eficácia, como também do ponto de vista da colocação, e é aí que se envolvem as vacarias, porque o sítio onde este tipo de armadilhas poderia ser eficaz é efetivamente onde os pombos se alimentam que é, essencialmente, nas vacarias. Mas não chegaram ainda a uma solução, sendo verdade reconhecida por todos que o problema não está a diminuir, antes pelo contrário, e vão ter que tentar fazer alguma coisa, com muitas dúvidas sobre a sua eficácia, essencialmente é disto que se trata, existem muitas dúvidas sobre a eficácia da solução que está a ser proposta.

Relativamente à Avenida Almada Negreiros disse que, de facto, aquela área do topo da freguesia que liga à Vila Chã é problemática a vários títulos. Aquelas infraestruturas foram feitas há mais de vinte anos numa tentativa que já dura desde essa altura, aliás, já é anterior, de chegar a um entendimento entre o município e o urbanizador para que houvesse uma divisão dos lotes que pertencem ao município e os que pertencem ao dito urbanizador. Esse entendimento nunca foi alcançado, o processo arrastou-se em litígio judicial, as infraestruturas degradaram-se e hoje resta o asfalto e pouco mais, tudo o que era instalação elétrica degradou-se e, efetivamente, é uma zona de difícil intervenção.

Sendo uma zona sem utilização regular as ervas crescem, naturalmente, e é muitas vezes difícil estabelecer uma intervenção ali como prioridade, face a zonas de mais proximidade a habitações, de mais intensa utilização por parte das pessoas, o que leva a que, quando é preciso optar, e todos sabem, porque não é novidade para ninguém, que têm graves dificuldade de escassez de pessoal, dificilmente aquela é a primeira opção para intervir.

Se passarem na Baixa da Banheira, por exemplo, em frente à escola D. João I facilmente se percebe que uma zona como aquela tem que ter intervenções muito mais regulares e muito mais intensas do que uma zona já fora da área habitacional, embora reconheçam, e sobretudo desde que o acesso está aberto, que há mais trânsito ali e que, se calhar, pelo menos nessa zona mais de atravessamento tem que ter ali uma intervenção mais regular.

No que concerne à questão das recomendações disse que a única coisa que pode dizer é que as recomendações são isso mesmo, tal como o nome indica são recomendações, portanto, são ponderadas, não são necessariamente aplicadas.

Sobre o Sr. Staline quis fazer um comentário prévio porque este não tem legitimidade para lhe dizer como é que tem que estar, se tem que estar a olhar para ele, se tem que estar reverente ou como é que tem de estar, porque ri quando lhe apetecer, chora se lhe der para isso e tem sempre atenção e respeito para com todas as pessoas aqui.

Posto isto, e quanto a questões substantivas aqui colocadas, disse que não haver processos da administração urbanística é uma verdade. Não conseguiu ainda perceber qual é a posição que às vezes se tem sobre isto porque já houve tempo em que, nesta Assembleia, a Câmara da Moita era acusada por ter construção a mais, por ter uma expansão urbana explosiva e agora, pelos vistos, há uma reclamação por não haver construção.

Mas a questão da reclamação, neste caso, é irrelevante porque o que está em causa é uma depressão enorme, uma grande crise, do imobiliário em Portugal, que não é só aqui mas que tem, naturalmente, significativa incidência aqui e que faz com que a construção nova esteja muito reduzida, quase inexistente em determinados períodos. E faz outra coisa igualmente grave que é que continuam a existir dezenas e dezenas e dezenas e dezenas de fogos devolutos em toda a região, não só no nosso concelho mas em toda região, o que também os leva a questionar se faria sentido haver construção havendo centenas de fogos devolutos aqui à volta, bastando percorrer todos estes concelhos para os verem aí bem à vista.

Relativamente à questão das passadeiras não pintadas disse ser curioso porque, no final de agosto, início de setembro, andaram a ser pintadas as passadeiras e as marcas nas estradas e não há eleições agora este mês.

Sobre o PEDU e sobre os fundos comunitários disse esperar que tenham lido e entendido aquilo que foi escrito, que está, designadamente, no próprio Boletim Municipal e que está naquela informação que foi prestada, porque não há verbas para o Parque Municipal da Moita, e não há verbas para o Parque Municipal da Moita porque não há verbas nos quadros comunitários para intervenções dessa natureza. "Nós", e este "nós" é um "nós" geral, é um "nós" para todos aqueles que são potenciais utilizadores de fundos comunitários, sejam as empresas, sejam as autarquias, "nós" não escolhemos, com inteira liberdade, onde é que se aplica o dinheiro.

Existem programas com determinados objetivos que são definidos entre o Governo e a Comissão Europeia e, dentro daquelas "gavetas", e só daquelas "gavetas", "nós" tentamos ali colocar o nosso projeto e ir ali buscar algum financiamento, não há "gaveta" para intervenções em parques da natureza do parque da Moita, ou outros, portanto, essa não está prevista.

Quanto à Rua 1º de Maio, e para terminar, porque foi também colocado pelo Sr. Miguel Jorge e pelo Sr. Presidente da Junta, disse que têm previsto e, aliás, não só está no PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano como também deixaram verba em orçamento municipal este ano para iniciar a intervenção na Rua 1º de Maio. Contudo, os fundos comunitários atrasaram-se, como sabem, tem havido atrasos nos avisos de abertura, pelo que está-se agora a tentar recuperar o tempo perdido mas não se consegue recuperar por inteiro, e este "está-se" é um "está-se" nacional, geral.

Mas, há algum atraso que fará com seja extremamente improvável que se possa começar ali alguma intervenção física nos tempos mais próximos, até porque o ponto em que estão é este em que já havia estudos e os estudos que havia foram parados em 2010, e foram parados porque a partir daí deixaram de ter capacidade de investimento e capacidade para ali intervir, portanto, o estudo ficou como estava. Voltaram agora a pegar, têm que adequar a intervenção exatamente aos tais requisitos que os fundos comunitários apontam, porque este financiamento é no âmbito da mobilidade urbana e, portanto, têm que

ser uma intervenção que tenha resultados observáveis na melhoria da mobilidade, na redução do trânsito automóvel e na redução de efluentes, que são requisitos, critérios de aprovação das candidaturas, portanto, têm que adequar as intenções e o projeto para isso.

Estão, pegando nesse projeto que havia, a fazer essa adequação e pensam que não serão necessárias mais do que algumas breves semanas para estarem em condições de iniciar conversas exteriores aos serviços municipais, ou seja, com a Junta de Freguesia, com a Assembleia de Freguesia e com a população. É fundamental com a população porque sabem, e quem acompanhou o processo nessa altura, em 2009/2010, recorda-se que há ali opiniões muito divergentes, que não será propriamente fácil obter ali um consenso e será seguramente impossível agradar a todos, ainda que tenham que chegar a uma conclusão e não possam ficar eternamente a discutir.

Vão fazer esse processo de discutir com as pessoas, já foi feita uma auscultação aos comerciantes, mas não são só os comerciantes que utilizam a rua, os moradores também contam e contam muito, portanto, crê que existem condições para que, até ao final do ano, tenham consolidado um projeto para em 2017 iniciar o concurso e tudo o que se segue a partir daí.

Sobre o Parque das Laranjeiras confirmou ser um problema que já tinham falado e que têm que procurar melhorar e, quanto à limpeza dos sumidouros, disse que está na altura de começar e que crê que os serviços já andam a fazer isso no quadro da sua tarefa normal.

Terminou pedido antecipadamente desculpa caso lhe tenha escapado algum assunto mas procurou cobrir todos.

Sr^a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernanda Gaspar

Disse que foram dadas as respostas por parte da Câmara Municipal da Moita através do Sr. Presidente, a quem agradeceu a capacidade de síntese porque se levasse cinco minutos em relação a cada um dos membros que fizeram as perguntas não o teria feito nestes exatos trinta minutos.

Mais informou que foi entregue na Mesa um requerimento da Sr^a Filomena Ventura pedindo, ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição, um conjunto de solicitações relacionadas com a sondagem efetuada pela empresa Consulmark, que a Mesa entende não serem hoje, obviamente, aqui colocadas e que são:

- “- A ficha técnica da sondagem encomendada;
- Os resultados obtidos nessa sondagem;
- Os custos envolvidos”

Face à resposta que tinha sido dada pelo Sr. Presidente da Câmara a Mesa remeterá, como é óbvio, também ao Presidente da Câmara Municipal, este requerimento solicitando a resposta ao mesmo.

Porque pensa que está tudo esclarecido, que não haverá necessidade de uma segunda volta de colocação de mais perguntas e posteriores respostas e que estão a terminar numa hora perfeitamente aceitável, vão passar à leitura da ata em minuta tendo dado indicação ao 2º secretário para iniciar essa leitura.

Foi lida a ata da presente sessão em minuta para efeitos imediatos, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade com vinte e nove votos, sendo dezoito da CDU, oito do PS, dois do BE e um do PSD.

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão, eram zero horas e quarenta minutos do dia um de outubro de 2016.

A Presidente

A 1ª Secretária

O 2º Secretário